



Relatório do Planejamento Estratégico Institucional 2022 – 2026



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Órgãos da Administração Superior do MPDFT

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora-Geral de Justiça Fabiana Costa Oliveira Barreto

Vice-Procuradoria-Geral Jurídico-Administrativa

Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional

Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

Secretaria-Geral

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Assessoria de Políticas Institucionais

Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira

Promotora de Justiça Thaienne Nascimento Fernandes

Esta é uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,

Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900

Telefone: (61) 3343-9500

Texto:

Secretaria de Planejamento

Programação visual, diagramação e revisão de texto:

Secretaria de Comunicação

© 2022 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

1ª edição – 2022

Tiragem: 50 unidades – Maio/2022

Índice

Palavra da Procuradora • 4

Introdução • 5

Etapas de elaboração do PEI • 7

Cadeia de Valor Institucional • 8

Diagnóstico Institucional • 9

Grupos Focais

Pesquisas internas e externas

Principais resultados

Oficinas de construção dos Objetivos Estratégicos • 18

Mapa estratégico • 23

Missão, visão e valores • 24

Mapa Estratégico Nacional – PEN/CNMP 2020-2029 • 26

**Alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional –
PEN/CNMP 2020-2029 • 27**

Alinhamento do PEI à agenda 2030 da ONU • 29

Desdobramento da estratégia • 31

Portfólio de projetos institucionais • 33

Planejamento para os próximos 5 anos • 38

Comunicação da estratégia • 50

Convite à execução do PEI • 51

Palavra da Procuradora

Em 2021 foi encerrado um importante ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Agora, após um intenso trabalho que envolveu a participação de integrantes do MPDFT e da sociedade, inicia-se uma nova etapa para o período de 2022 a 2026.

O novo Planejamento Estratégico Institucional está alinhado com as diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público e contempla todas as áreas nas quais o Ministério Público do Distrito Federal tem atribuição para atuar.

Sempre com a missão de promover a Justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, foi elaborado um mapa estratégico que contempla processos de gestão, de governança e da área-fim. Tendo como ponto de partida a Cadeia de Valor Institucional, que permite melhor compreensão do funcionamento do MPDFT e da geração de valor para a instituição e a sociedade, a estratégia foi definida para, nos próximos cinco anos, continuar transformando em realidade os direitos da sociedade.

Fruto de um diagnóstico minucioso, o documento que o leitor tem em mãos vai direcionar a atuação do MPDFT nos próximos cinco anos e fundamentar um trabalho voltado à proteção dos direitos e à fomentação de políticas públicas em favor da população do Distrito Federal.

Coordenado pela Secretaria de Planejamento em conjunto com a Assessoria Especial de Planejamento Estratégico, esse trabalho será nossa principal ferramenta de orientação para as ações dos próximos 5 anos.

A elaboração do novo Planejamento Estratégico Institucional é mérito de todos os integrantes do MPDFT e dos cidadãos que contribuíram com esse processo, aos quais é preciso agradecer.



Fabiana Costa
Procuradora-Geral de Justiça



Introdução

Este trabalho refere-se à elaboração do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para o período de 2022-2026. O planejamento anterior contemplava inicialmente um horizonte de 10 anos. Todavia, devido à pandemia mundial do Coronavírus, teve duração prorrogada por mais um ano em 2020, ano em que o MPDFT teria de elaborar a estratégia institucional para os próximos anos. Toda construção participativa e colaborativa pensada em 2019, inicialmente na forma presencial, foi repensada e adaptada para a forma virtual no início de 2020.

O trabalho iniciou-se pela construção da Cadeia de Valor, que ocorreu com a colaboração e participação de membros e servidores. Ela é um importante instrumento estratégico de gestão que possibilita ter uma compreensão global do funcionamento e de como as atividades desenvolvidas geram valor para a Instituição e para a sociedade. Ajudou na construção da metodologia da elaboração do novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI), envolvendo os dezoito macroprocessos da Cadeia de Valor, distribuídos em macroprocessos de gestão, de governança e da área-fim permitindo uma escuta qualificada dos integrantes da Instituição. A distribuição dos macroprocessos permitiu agrupar pessoas de variadas áreas, mas com temática comum.

A metodologia de escuta dos grupos focais e das oficinas foi construída baseada na horizontalidade das relações, nas capacidades e potencialidades individuais e na força do trabalho em grupo, sistematizado na prática do relacionamento interpessoal democrático e participativo, os chamados Círculos de Construção de Paz, pois era necessário estabelecermos um ambiente seguro e confiável para os participantes. Os grupos focais tiveram início em novembro de 2020 e término em maio de 2021 e contaram com a participação de membros e servidores. Paralelamente aos grupos focais, foram realizadas pesquisas interna e externa, que contaram com a participação dos integrantes da casa, da sociedade e dos órgãos parceiros.

Após a coleta das contribuições dos grupos focais e das pesquisas, foi elaborado o Diagnóstico Institucional. Com base nele foi possível pensar nas oficinas de construção dos objetivos estratégicos institucionais. De posse do conteúdo, as oficinas iniciaram-se em julho de 2021 e novamente foram utilizados os macroprocessos da Cadeia de Valor como base para a participação das unidades administrativas e dos órgãos do MPDFT. Como resultado desses encontros, foram construídos os objetivos estratégicos que compõem o novo mapa estratégico.

A construção do novo PEI foi totalmente colaborativa e participativa, contexto em que os integrantes da casa trouxeram contribuições com objetivo de melhorar a atuação institucional. Sabemos que mudanças necessitam de adaptações e devem ser aos poucos implantadas, como diz José Moran no livro *Aprendendo a Viver*, 2000,

de pequenas em pequenas mudanças teremos coragem para chegar a mudanças mais abrangentes. Não vale a pena focar só o longo prazo, mas ir conquistando pequenos espaços de liberdade, de realização, de progressos possíveis neste momento, em cada momento. E, depois, procurar sedimentá-los, reconhecê-los, valorizá-los, incorporá-los até onde nos for possível. No médio prazo, olhando para trás, perceberemos que conseguimos realizar mudanças significativas e transformar nossas vidas para melhor.

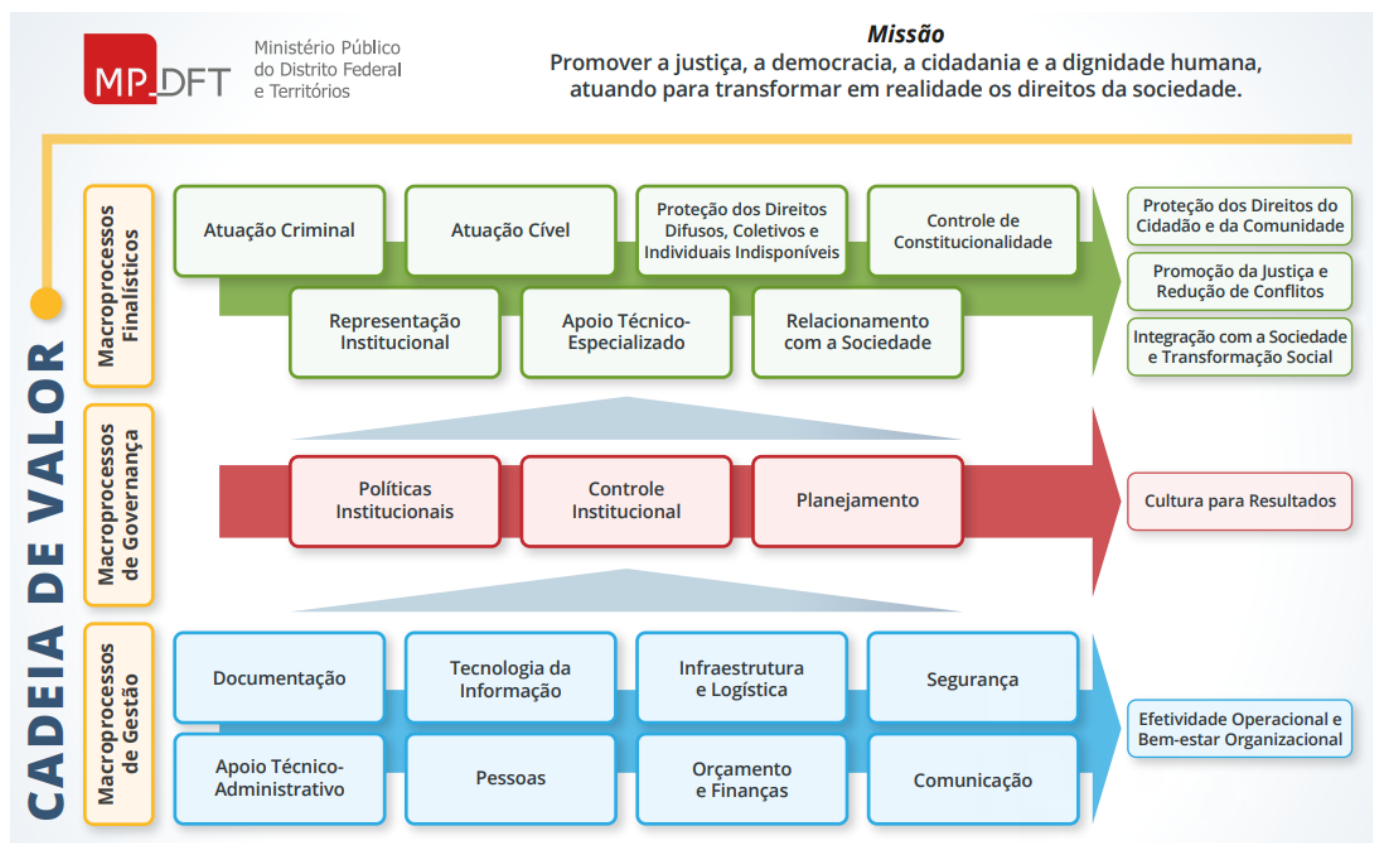


Etapas de elaboração do PEI

Como todo projeto, foram necessários vários passos para a construção do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Seguem as etapas que percorremos para desenhar o novo horizonte estratégico.

- Cadeia de Valor Institucional
- Diagnóstico Institucional
- Oficinas de construção dos objetivos estratégicos
- Validação dos objetivos estratégicos
- Definição do desdobramento da estratégia
- Alinhamento dos programas e projetos aos novos objetivos estratégicos
- Lançamento do Planejamento Estratégico Institucional

Cadeia de Valor Institucional



Cadeia de Valor Institucional. Fonte: intranet MPDFT

A elaboração da Cadeia de Valor Institucional foi conduzida pela Secretaria de Planejamento (Secplan) e construída de forma colaborativa por representantes dos processos de trabalho que integram os macroprocessos. Após a consolidação da primeira versão, ela foi divulgada e os integrantes do MPDFT foram convidados a apresentarem sugestões. Após a avaliação da equipe técnica responsável, as sugestões pertinentes foram incluídas e, a seguir, validadas e institucionalizadas pela Procuradoria-Geral de Justiça.

A Cadeia de Valor é necessária para a construção da estratégia institucional, pois é um importante instrumento de gestão que possibilita ter uma compreensão global do funcionamento da instituição e do valor que as atividades desenvolvidas geram para os integrantes do órgão e para a sociedade.

Portanto, com a construção da cadeia foi possível elencar os processos organizacionais que compõem cada macroprocesso e os valores gerados por cada um deles. A partir disso, foi possível organizar as diversas unidades do MPDFT para a divisão dos grupos focais e das oficinas de construção dos objetivos estratégicos, de forma que cada um dos participantes dos encontros tivesse relação direta com um macroprocesso da cadeia.



Diagnóstico Institucional

O Diagnóstico Institucional, baseado nos grupos focais e nas pesquisas interna e externas, foi uma etapa fundamental para a construção do planejamento estratégico. Por meio dele identificou-se o status quo da instituição e foram levantados os desafios a serem enfrentados (horizonte estratégico). Assim, pode-se traçar a rota a ser percorrida pela Instituição para o alcance dos resultados almejados e elevar o órgão a outro patamar de desempenho.

Os grupos focais tiveram como premissa a escuta ativa e qualificada de todos os participantes para o mapeamento do cenário atual em que o MP se encontra e o estabelecimento dos desafios estratégicos a serem enfrentados nos próximos cinco anos. As pesquisas, por sua vez, possibilitaram identificar os principais anseios da sociedade, dos órgãos parceiros e dos integrantes da instituição apontando caminhos que o MPDFT deverá adotar para o novo horizonte estratégico.

Grupos focais

A pandemia trouxe vários desafios e um deles foi a mudança da forma de realização dos encontros para a construção do novo planejamento. Antes a proposta era que ocorressem na forma presencial, mas, com o advento da pandemia do Coronavírus, foi necessário pensarmos uma forma de construção na qual todos os integrantes pudessem participar, visto que o diferencial deste novo ciclo de planejamento seria que ele fosse participativo e colaborativo. Então, foram utilizadas várias ferramentas de videoconferência tais como o Zoom, Cisco Webex e Teams. Para facilitar a interação entre os participantes dos encontros e os facilitadores, utilizamos as ferramentas Miro e Mentimeter em que as pessoas podiam dar as contribuições de forma livre e anônima, mantendo o ambiente seguro e livre de julgamentos de pensamentos e posições expostas. Ao todo, 243 servidores e 98 membros das mais variadas áreas participaram desta importante etapa.

Como elemento motivador na temática planejamento estratégico, foi apresentado o vídeo Planejar, escolher, abdicar, de Mário Sérgio Cortella, disponível no Youtube, que inicia a fala dizendo

toda pessoa que quer ir a um lugar, precisa saber onde quer ir, parece óbvio. Mas, isso exige possibilidade de enxergar qual é o teu objetivo, qual é o teu foco, qual é o teu horizonte. Nessa hora o planejamento é necessário, a programação é necessária... todo planejamento significa que eu vou fazer escolhas: escolha de rotas; escolha de trilhas, escolha de meios. Mas toda escolha é uma abdicação. Todas as vezes que eu escolho eu estou deixando de lado outras coisas...

Sabemos que a missão da Instituição é muita ampla e é necessário priorizar algumas atuações para o bem da coletividade. O nosso PEI foi construído com essa filosofia de não abranger as várias atuações institucionais, algumas já são prioritárias por força de lei e devem ser obedecidas. Entretanto, naquilo que houve liberdade de escolha, a instituição decidiu com fundamento no que foi apurado no Diagnóstico Institucional, por meio do qual as pessoas puderam contribuir com o novo PEI.



Planejar, escolher, abdicar. Fonte: <https://youtu.be/UcXDntE9icY>

Outra ferramenta utilizada para ajudar no encorajamento, na escuta empática e eficaz dos participantes foi o Círculo de Construção de Paz, que consiste num espaço de diálogo intencional, cuidadosamente estruturado, cujo processo congrega elementos que organizam a interação dos participantes. Assim, eles têm a oportunidade de se expressarem sem julgamento das diferenças e perspectivas de pensamentos múltiplos. Considera que cada participante tem algo a oferecer e que a presença de cada um é importante para o bem do todo.

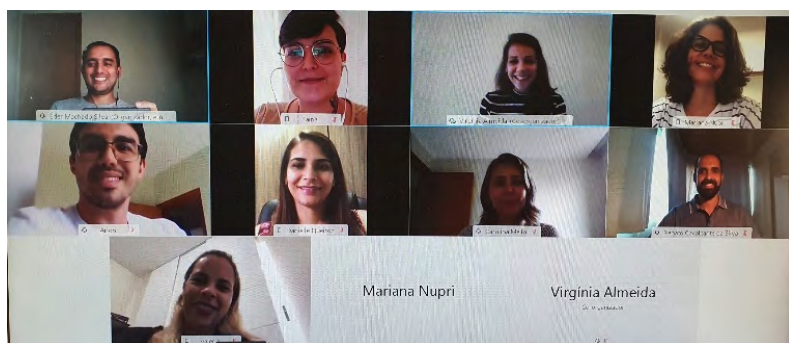


Foto grupo focal. Fonte: arquivo da Secplan

tribuiu com a sugestão de aplicação de alguns elementos dos círculos de construção de paz. Dessa forma, durante os encontros, não foram realizados círculos de construção de paz completos, pois isso exigiria a participação de facilitador capacitado. Assim, utilizamos elementos estruturais dos círculos, tais como: cerimônia de abertura, objeto da palavra, identificação de valores, perguntas norteadoras e cerimônia de encerramento.

Dada a importância dos encontros, eles foram planejados de forma conjunta com a equipe do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2026, a instrutora Virgínia Almeida e a Coordenadoria Executiva de Autocomposição (Cauto), representada pela servidora Leila Duarte. A instrutora e a equipe do PEI trouxeram a expertise teórica do planejamento estratégico e a Cauto con-



Foto grupo focal. Fonte: arquivo da Secplan

As cerimônias de abertura e encerramento marcam o Círculo como um espaço diferenciado. A abertura permite que os participantes desacelerem, fiquem mais reflexivos e estejam completamente presentes. Para esse momento inicial, utilizamos textos e vídeos de boas-vindas, como poesias e vídeos reflexivos, introdutórios aos temas abordados. Para o trabalho dos grupos focais, a cerimônia de abertura foi efetivada com a leitura ou apresentação do vídeo do poema Vão, de Cecília Meireles, interpretado pela promotora de Justiça Luísa de Marillac.



Poema Vão. Fonte: <https://youtu.be/leiMWpNYCpI>

A cerimônia de encerramento reconhece e valoriza os esforços e o comprometimento de cada participante, expressa esperança do futuro que está sendo planejado e prepara os participantes para retomarem as atividades cotidianas. Nos trabalhos realizados, as cerimônias de encerramento consistiram em uma rodada de exposição de sensações, a partir de uma dinâmica que aborda o objeto da palavra, orientada pela pergunta: “Que palavra você daria para o nosso grupo focal de hoje?”



Foto grupo focal. Fonte: arquivo da Secplan

O objeto da palavra foi passado virtualmente por cada participante do encontro permitindo que quem estivesse com ele pudesse falar sem ser interrompido e que os ouvintes mantivessem o foco na escuta. O objeto da palavra garantiu a cada participante igual oportunidade de fala e a possibilidade de ficar em silêncio, bastando, para isso, passar o objeto de fala para outra pessoa. Nas atividades desempenhadas, utilizaram-se como objeto da palavra instrumentos musicais diferentes para cada grupo focal. A escolha para representar simbolicamente o objeto da palavra foi pautada nos objetivos a serem alcançados em cada atividade e nos valores acordados. Os instrumentos musicais buscaram representar a orquestra sinfônica, trabalhando a diversidade e complementariedade de ideias como valor do trabalho.

Ao término da cerimônia de abertura e oportunidade de fala aos integrantes dos grupos, iniciou-se a dinâmica de modo a identificar o cenário em que a instituição está inserida e quais os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades vislumbradas pelos integrantes da casa. Também foram usadas perguntas para estimular o diálogo. Cada pessoa do círculo teve a oportunidade de falar em todos os momentos de cada rodada.

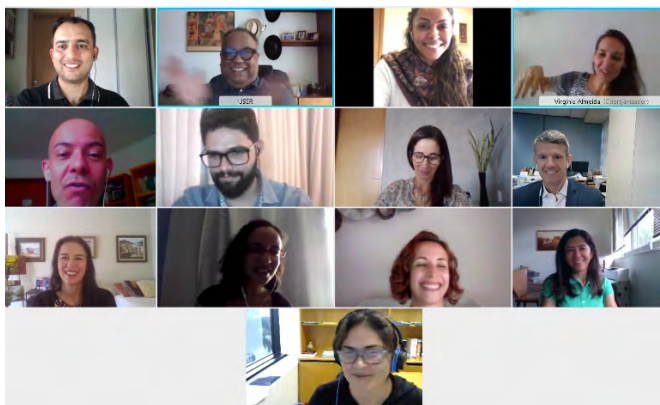


Foto grupo focal. Fonte: arquivo da Secplan

A aplicação de elementos de círculos de construção de paz no PEI 2022-2026 é uma inovação que foi amplamente reconhecida como estratégia que permitiu um amplo e reflexivo diálogo em prol do planejamento estratégico e, graças à Cauto, representada pela servidora Leila Duarte, o trabalho com grupos possibilitou a participação de pessoas com diversas formas de pensar e obteve resultados excelentes em ambiente seguro, democrático e sem julgamentos.

Pesquisas interna e externas

As pesquisas interna e externas foram realizadas inteiramente por meio virtual com a disponibilização de formulário eletrônico na plataforma do *Google Forms*. Foi realizada divulgação interna por meio de matérias na intranet e *pop-ups* que direcionavam acesso ao formulário de pesquisa.

Com a pesquisa interna, os 369 integrantes da casa que responderam ao questionário eletrônico puderam contribuir com vários aspectos relacionados à instituição, tais como plano de saúde, valores institucionais, conhecimento e participação na estratégia organizacional e avaliação geral da atuação das áreas- meio e fim.

A pesquisa externa contou com a participação de dois públicos-alvo, a sociedade e os órgãos parceiros ou que trabalham diretamente com o MPDFT. Cada tipo de público respondeu a formulário eletrônico específico para coletar as respostas às perguntas. No caso dos órgãos parceiros, foram enviados 81 ofícios, que resultaram em 210 respostas, pois eles compartilharam o link entre as unidades internas do órgão. Em relação à pesquisa com a sociedade, obtivemos 373 respostas.

No caso da sociedade, as perguntas iniciais determinaram o perfil social dos respondentes. As outras perguntas referiam-se ao nível de conhecimento, importância, utilização dos serviços, agilidade na atuação, transparência nos atos, capacidade em solucionar problemas, receptividade em atender, facilidade de ser acionado, valores, priorização e relevância das temáticas em que o MPDFT atua.

Os órgãos parceiros foram indagados sobre o conhecimento e grau de importância do planejamento estratégico do MPDFT para uma atuação conjunta entre os órgãos. Também foi perguntado sobre a percepção deles em relação à agilidade na atuação, transparência nos atos, capacidade em solucionar problemas, receptividade em atender, facilidade de ser acionado, valores, característica a ser melhorada no atendimento do cidadão, relação entre as instituições, outras melhorias, valores, priorização e relevância de atuação.

Seguem alguns gráficos e tabelas de perguntas comuns às pesquisas interna e externa.

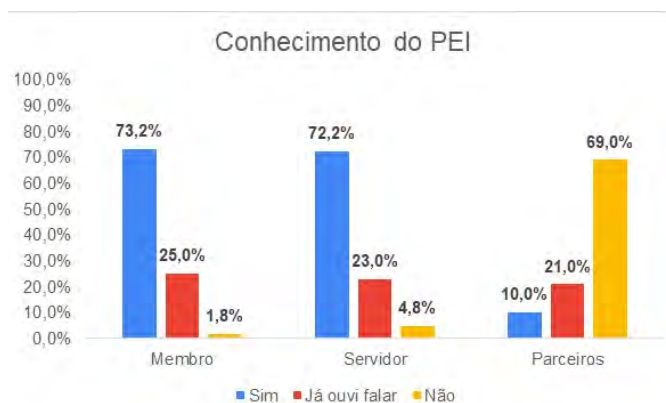


Gráfico conhecimento do PEI

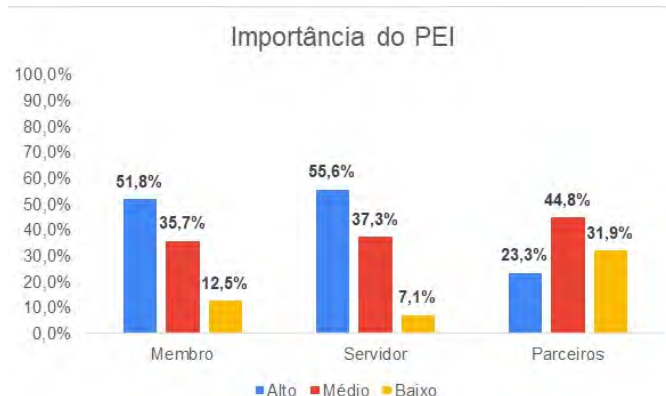


Gráfico importância do PEI

Resposta	Interno		Parceiros	Sociedade	Total
	Membros	Servidores			
Excelente	6 (10,7%)	72 (23,0%)	20 (9,5%)	33 (22,8%)	131 (18,1%)
Satisfatório	29 (51,8%)	161 (51,4%)	126 (60%)	63 (43,4%)	379 (52,3%)
Precisa melhorar	21 (37,5%)	80 (25,6%)	64 (30,5%)	49 (33,8%)	214 (29,6%)
Total	56 (100%)	313 (100%)	210 (100%)	145 (100%)	724 (100%)

Opinião sobre a agilidade na atuação

Resposta	Interno		Parceiros	Sociedade	Total
	Membros	Servidores			
Excelente	13 (23,2%)	100 (31,9%)	39 (18,6%)	37 (25,5%)	189 (26,1%)
Satisfatório	22 (39,3%)	143 (45,7%)	113 (53,8%)	68 (46,9%)	346 (47,8%)
Precisa melhorar	21 (37,5%)	70 (22,4%)	58 (27,6%)	40 (27,6%)	189 (26,1%)
Total	56 (100%)	313 (100%)	210 (100%)	145 (100%)	724 (100%)

Opinião sobre a transparência nos atos

Resposta	Interno		Parceiros	Sociedade	Total
	Membros	Servidores			
Excelente	4 (7,1%)	77 (24,6%)	29 (13,8%)	38 (26,2%)	148 (20,4%)
Satisfatório	21 (37,5%)	165 (52,7%)	115 (54,8%)	62 (42,8%)	363 (50,1%)
Precisa melhorar	31 (55,4%)	71 (22,7%)	66 (31,4%)	45 (31,0%)	213 (29,4%)
Total	56 (100%)	313 (100%)	210 (100%)	145 (100%)	724 (100%)

Opinião sobre a capacidade de solucionar problemas

Resposta	Interno		Parceiros	Sociedade	Total
	Membros	Servidores			
Excelente	15 (26,8%)	139 (44,4%)	36 (17,1%)	58 (40%)	248 (34,3%)
Satisfatório	28 (50%)	125 (39,9%)	115 (54,8%)	45 (31,0%)	313 (43,2%)
Precisa me- lhorar	13 (23,2%)	49 (15,7%)	59 (28,1%)	42 (29,0%)	163 (22,5%)
Total	56 (100%)	313 (100%)	210 (100%)	145 (100%)	724 (100%)

Opinião sobre a receptividade em atender

Resposta	Interno		Parceiros	Sociedade	Total
	Membros	Servidores			
Excelente	16 (28,6%)	112 (35,8%)	33 (15,7%)	46 (31,7%)	207 (28,6%)
Satisfatório	29 (51,8%)	136 (43,5%)	110 (52,4%)	47 (32,4%)	322 (44,5%)
Precisa me- lhorar	11 (19,6%)	65 (20,8%)	67 (31,9%)	52 (35,9%)	195 (26,9%)
Total	56 (100%)	313 (100%)	210 (100%)	145 (100%)	724 (100%)

Opinião sobre a facilidade em ser acionado

Principais resultados do diagnóstico institucional

De posse do diagnóstico institucional, a equipe do PEI e a instrutora Virgínia Almeida fizeram uma análise detalhada das várias contribuições. Para manter o foco, foi decidido observar as contribuições mais recorrentes. Então, o material elaborado para os trabalhos nas oficinas de construção dos objetivos estratégicos teve como foco as contribuições mais recorrentes, pois elas caracterizariam a prioridade da instituição naquele momento. A partir disso, foi extraída a essência de cada contribuição para a elaboração do material trabalhado nas oficinas. As contribuições, na íntegra, fazem parte do anexo deste documento e podem ser consultadas com mais detalhes.

Análise dos ambientes interno e externo

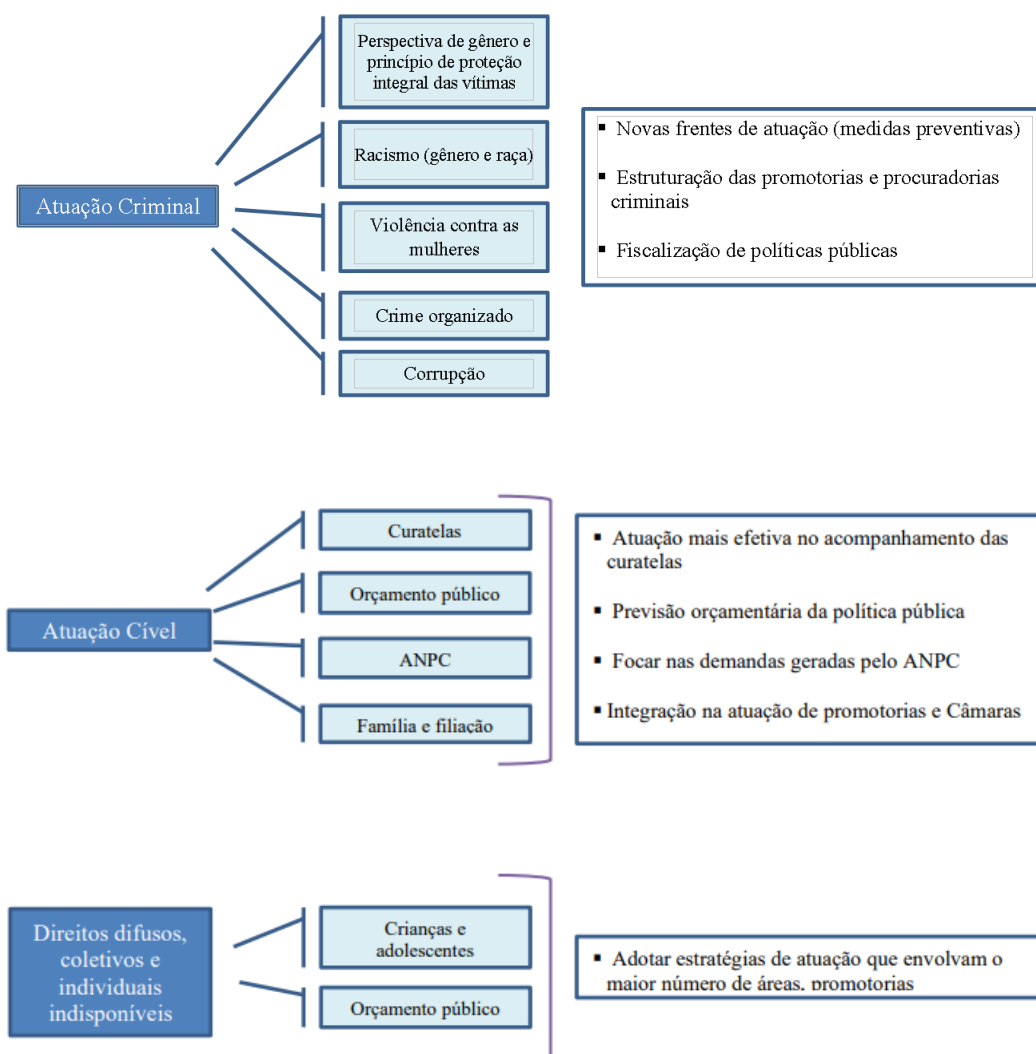
Na conquista dos objetivos institucionais		
Origem do fator	AJUDA	
	ATRAPALHA	
	FORÇAS (principais pontos positivos)	FRAQUEZAS (principais pontos a serem melhorados)
	OPORTUNIDADES (fatores favoráveis ao MPDFT)	AMEAÇAS (fatores desfavoráveis ao MPDFT)
Interna (instituição)	- Boa estrutura física (instalações e equipamentos). - Corpo técnico e servidores capacitados e qualificados. - Comprometimento, engajamento e motivação dos servidores. - Disponibilidade de sistemas de TI. - Proximidade e interação com a sociedade / cidadão.	- Déficit de servidores e efetivo reduzido. - Relacionamento entre membros e servidores. - Relação entre áreas/setores/unidades. - Falhas e instabilidade nos sistemas operacionais internos. - Comunicação deficiente entre as áreas/setores.
Externa (ambiente)	- Visibilidade, reconhecimento e boa imagem institucional perante a sociedade. - Credibilidade e confiabilidade na instituição. - Autonomia e independência institucional/funcional. - Bom relacionamento e interação com outros órgãos, redes e parceiros. - Parceria de outros órgãos e redes de apoio (trabalho em rede).	- Desconhecimento do papel e das funções / atribuições do MPDFT. - Depreciação e desvalorização do servidor e serviço público - Insegurança jurídica. - Alterações legislativas constantes. - Contingenciamento do orçamento.

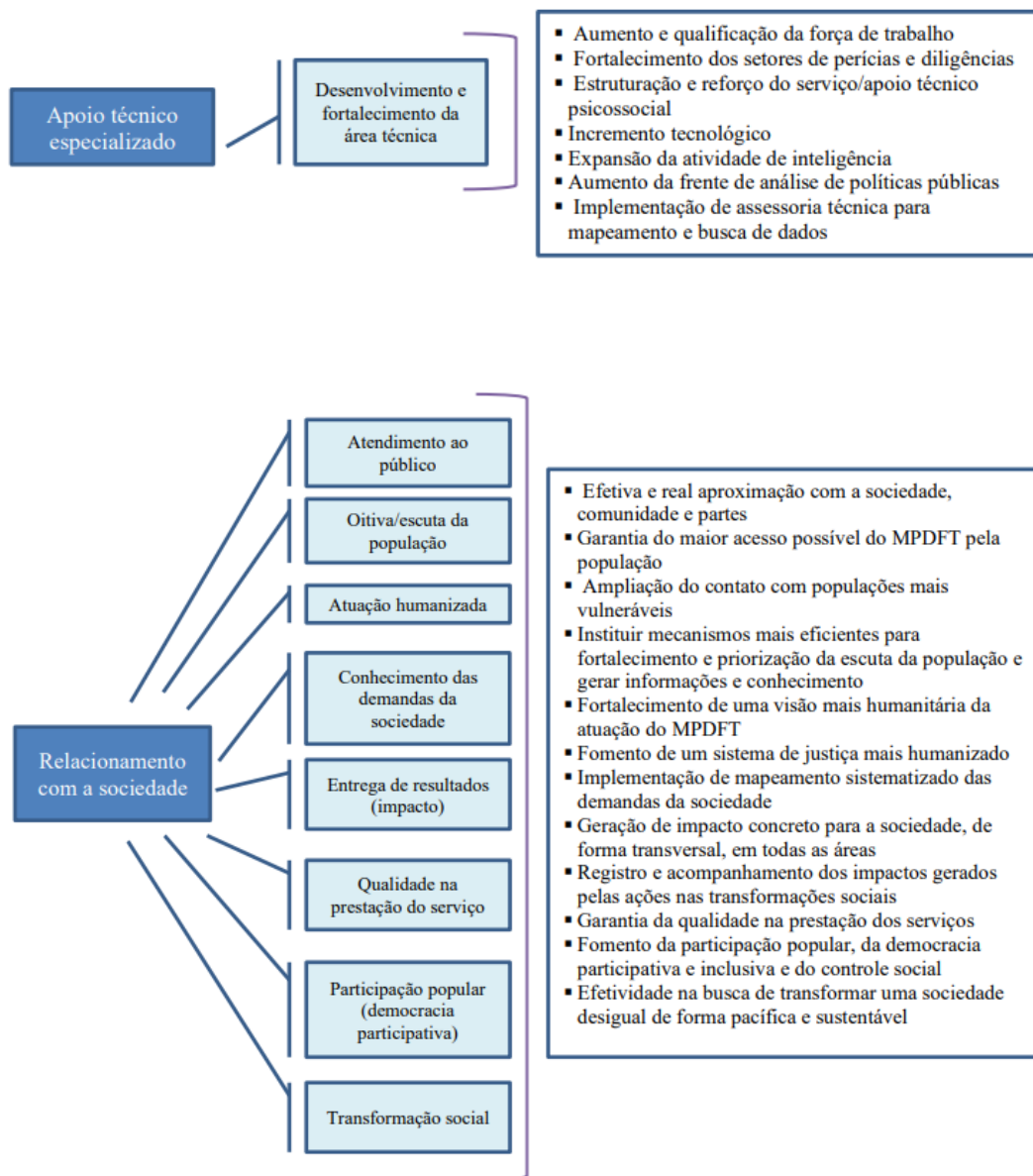
Desafios

- Adaptar a gestão de documentos e informações ao cenário virtual.
- Ter processos de trabalho padronizados para todas as promotorias.
- Ampliar os investimentos na área de segurança da informação e proteção de dados.
- Investir em gestão e governança de dados.
- Investir em tecnologias para ampliar a eficiência na área-fim.
- Manter sistemas de processo eletrônico intuitivos.
- Desenvolver e implementar ações voltadas para a integração entre membros e servidores, entre servidores, entre áreas/unidades e entre equipes.
- Desenvolver e melhorar a competência de comunicação de servidores, membros e unidades.
- Fortalecer e ampliar a profissionalização e capacitação de gestores e lideranças.
- Implementar a Gestão por Competências em todos os Sistemas de Gestão de Pessoas.
- Realizar ações de capacitação voltadas para a melhoria no atendimento ao público (interno e externo).
- Compreender que qualidade de vida não é apenas relativa às ações de saúde, mas também à de valorização, carga de trabalho, remuneração, ambiente, entre outros.
- Implementar política de acessibilidade e inclusão.
- Implantar gestão de governança.
- Assegurar a integração efetiva entre planejamento estratégico e orçamento.
- Desenvolver e ampliar a cultura de segurança tanto institucional como pessoal, inclusive no ambiente digital.
- Implementar política e plano institucional de gestão de riscos e gerenciamento de incidentes críticos, de forma a fazer frente a ameaças de toda natureza.
- Aprimorar os fluxos de comunicação e construir canais adequados a atender esses fluxos.
- Aumentar a cultura de divulgação de ações, projetos e resultados pelas promotorias, especialmente as descentralizadas.
- Aumentar a interação do MPDFT com a sociedade pelas redes sociais.
- Lidar com as demandas da sociedade em um ambiente cada vez mais conectado e virtual.
- Fortalecer a atuação do MPDFT em articulação com a sociedade e as redes parceiras visando a maior integração da sociedade na gestão pública.
- Ampliar e fortalecer a participação de membros, servidores e áreas/unidades na elaboração e implementação do PEI.
- Ampliar a interlocução entre órgãos e instituições investigativas e de inteligência.

- Ampliar e fortalecer a articulação interinstitucional com o Judiciário para a sensibilização de questões de relevância para a segurança pública do DF.
- Buscar a interoperabilidade entre os sistemas dos órgãos.
- Aumentar a rede de apoio e a qualidade do serviço prestado às vítimas de violência doméstica.
- Buscar uma atuação do Júri que não se restrinja à condenação dos autores, mas que olhe o lado das pessoas que foram afetadas pelo crime cometido.
- Fortalecer a interação com outros órgãos de atuação na seara cível, como a Defensoria Pública.
- Atuar de forma conjunta e complementar com as promotorias que busquem assegurar os mesmos direitos difusos.
- Dar os resultados de que a sociedade tanto precisa, com eficiência, celeridade e humanidade, aumentando a relação positiva com a sociedade.

Desafios ofícios







Oficinas de construção dos Objetivos Estratégicos

Na etapa das oficinas, foi utilizada a mesma metodologia do Círculo de Construção de Paz. Como cerimônia de abertura foi exibida uma animação com foco na construção de um ambiente seguro e favorável ao trabalho, com provocações sobre a construção do consenso. O objeto da fala foi representado pelo brinquedo “bola quebra-cabeças” também conhecido como “bola de montar”, com o objetivo de ilustrar o trabalho em conjunto (várias peças diferentes completam a bola) e a construção do consenso.

A divisão dos grupos teve como base a Cadeia de Valor. Os grupos obedeceram aos três macroprocessos: gestão, governança e finalístico. A dinâmica proposta consistiu na discussão em grupo dos principais resultados encontrados no diagnóstico institucional referentes à temática em questão e na consequente elaboração de sugestões de objetivos estratégicos para a temática.

Como forma de preparação dos participantes para as oficinas, foi enviado, com antecedência, para cada unidade, material de apoio contendo os principais resultados e apontamentos críticos do diagnóstico. Após o envio, as equipes das unidades foram orientadas a ler e analisar o material e então devolvê-lo para a equipe do PEI com sugestões de prioridades e desafios a serem superados pela unidade nos próximos cinco anos. Os documentos enviados pelas unidades foram analisados pela instrutoria e pela equipe do PEI e, com base nessa análise, foram elaborados quadros informativos para facilitar e direcionar a discussão e elaboração dos objetivos estratégicos pelos participantes.

Em cada oficina os participantes foram divididos em grupos, de acordo com o macroprocesso a ser trabalhado e acompanhados por um representante da equipe do PEI, que tanto conduziu as atividades propostas quanto auxiliou na execução delas. Ao final das atividades de construção dos objetivos, das respectivas descrições e sugestão de possíveis indicadores e iniciativas estratégicas, os participantes foram convidados a preencher um formulário voltado para a reflexão sobre a missão e a visão institucionais. Desse modo, cada um, de forma anônima, pode indicar qual texto melhor representava a missão e a visão do MPDFT.

Após as oficinas, os objetivos estratégicos criados foram avaliados pela instrutoria e pela equipe do PEI, e apresentados ao Comitê para pequenos ajustes. A tabela abaixo representa os objetivos estratégicos criados e as respectivas descrições:

DATA DA OFICINA	UNIDADES PARTICIPANTES	MACROPROCESSO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
12/7/2021	Coordenadoria de Documentação e Informação Secretaria de Administração Secretaria de Tecnologia da Informação Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude	DOCUMENTAÇÃO	Implementar política de gestão documental integrada	Aprimorar a gestão, a preservação e a divulgação do acervo documental, de forma a melhorar o processo decisório e os serviços ofertados à sociedade e dar transparência e acesso amplo à memória do MPDFT, destacando sua contribuição ao longo do tempo a fim de criar um vínculo identitário com a sociedade.
	Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação Coordenadoria Executiva do Processo Eletrônico Corregedoria Secretaria de Tecnologia da Informação	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Promover a governança de dados	Promover ações voltadas para governança e gestão de dados, de forma a institucionalizar a coleta, o tratamento, a análise, o controle, a utilização, a integração, a segurança e a disseminação de dados internos e externos (sensíveis e classificados), com foco na eficiência, eficácia e efetividade da atuação.
			Viabilizar a implantação de soluções tecnológicas	Prover soluções tecnológicas que apoiem e auxiliem a concretização de ideias institucionais inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho.
	Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Gama Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Planaltina Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Samambaia Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Santa Maria Coordenadoria de Documentação e Informação Secretaria de Tecnologia da Informação	APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	Fortalecer e diversificar os fluxos e os canais de atendimento direto ao cidadão	Aprimorar os fluxos e os canais de atendimento direto ao cidadão de forma ágil, eficaz e intuitiva, permitindo celeridade de resposta, interação com o público e integração na atuação.
			Modernizar os processos organizacionais	Diagnosticar, documentar, comunicar, definir, treinar, monitorar, padronizar e executar rotinas e fluxos de trabalhos, conforme macroprocessos estabelecidos na Cadeia de Valor Institucional baseados nos resultados de melhoria contínua, consolidando processos organizacionais unificados, céleres e eficientes.
13/7/2021	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brazlândia. Secretaria de Administração Secretaria de Licitação Secretaria de Projetos e Obras Secretaria Geral	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Implementar uma gestão administrativa integrada	Implantar políticas de melhorias das atividades administrativas tornando-as sistêmicas, uniformes e integradas para minimizar riscos, ampliar a capacidade logística, melhorar a prestação dos serviços oferecidos, aumentar a satisfação dos usuários e economizar tempo e recursos.
			Otimizar as estruturas física e organizacional	Promover e implementar iniciativas que busquem a otimização dos espaços e equipamentos disponíveis; possibilitem a adequação das estruturas física e organizacional aos novos desafios e realidades (trabalho virtual); e promovam mais acessibilidade e sustentabilidade.
			Promover atuação sustentável	Desenvolver e fomentar práticas e ações para uma atuação institucional focada nas sustentabilidades econômica, ambiental, social e cultural de forma integrada.

DATA DA OFICINA	UNIDADES PARTICIPANTES	MACROPROCESSO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
13/7/2021	Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação	SEGURANÇA	Fortalecer as atividades de segurança e inteligência	Promover iniciativas voltadas ao fortalecimento da cultura de segurança e inteligência, por meio de medidas educacionais que promovam a responsabilidade de todos, prospectando de maneira permanente soluções inovadoras para o desenvolvimento e o aprimoramento das atividades de segurança e inteligência.
	Secretaria de Segurança Institucional			
	Secretaria de Tecnologia da Informação			
	Secretaria Geral			
	Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo	ORÇAMENTO	Assegurar o alinhamento entre o orçamento e a atuação estratégica	Aperfeiçoar o alinhamento do orçamento aprovado ao Planejamento Estratégico Institucional e às iniciativas demandadas.
	Secretaria de Orçamento e Finanças		Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros	Mensurar o orçamento aprovado e as respectivas suplementações frente à proposta orçamentária das unidades para atender as demandas institucionais, acompanhar e direcionar a adequada aplicação dos recursos.
14/7/2021	Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida	PESSOAS	Aperfeiçoar políticas de alocação de pessoas	Desenvolver, sistematizar e realizar políticas de alocação de pessoas que se baseiem nas necessidades e nos interesses apontados em diagnóstico organizacional e que fortaleçam a governança e a gestão institucionais referenciadas em boas práticas.
			Fortalecer a política institucional de incentivo à autocomposição	Aperfeiçoar e impulsionar a implementação do Programa Permanente de Incentivo à Política de Autocomposição, de forma a assegurar a promoção da Justiça, a disseminação da cultura de pacificação, a redução da litigiosidade, o empoderamento da cidadania e o estímulo de soluções consensuais por meio de mecanismos de negociação, mediação, conciliação, processo restaurativo e convenções processuais, contemplando as seguintes áreas temáticas: cível e familiar; comunitária; restaurativa; organizacional; e tutela difusa e coletiva. Internamente, almeja-se estimular o uso dos mecanismos de autocomposição e incentivar diálogos mais afetivos e efetivos por meio da comunicação não violenta e de atividades e ações de capacitação voltadas a gestão dos conflitos e disseminação da cultura de paz.
	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Sobradinho			
	Coordenadoria Executiva de Autocomposição			
	Secretaria de Atendimento à Saúde		Promover bem-estar, saúde e qualidade de vida	Promover uma cultura de saúde e qualidade de vida na instituição por meio do desenvolvimento de iniciativas para a prevenção de doenças físicas e emocionais, considerando a inter-relação entre as singularidades humanas e o contexto do trabalho a fim de minimizar ou até mesmo evitar o adoecimento dos integrantes da instituição.
	Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo			
	Secretaria de Gestão de Pessoas		Propiciar a educação e o desenvolvimento organizacional com ênfase na gestão e no compromisso público	Priorizar iniciativas educacionais e de construção organizacional que potencializem e ampliem o desenvolvimento das competências comuns, específicas, gerenciais e de compromisso público, de modo a aprimorar a atuação institucional na busca da otimização dos processos e da força de trabalho para uma atuação comprometida com a qualidade dos serviços prestados e com a geração de resultados para a sociedade.
	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Sobradinho	COMUNICAÇÃO	Aprimorar a comunicação institucional	Aprimorar a comunicação institucional, fortalecendo os canais que propiciam mais visibilidade, melhor atendimento e adequação, e integração de uma cultura de unidade de informação para os públicos interno e externo.
	Secretaria de Comunicação			

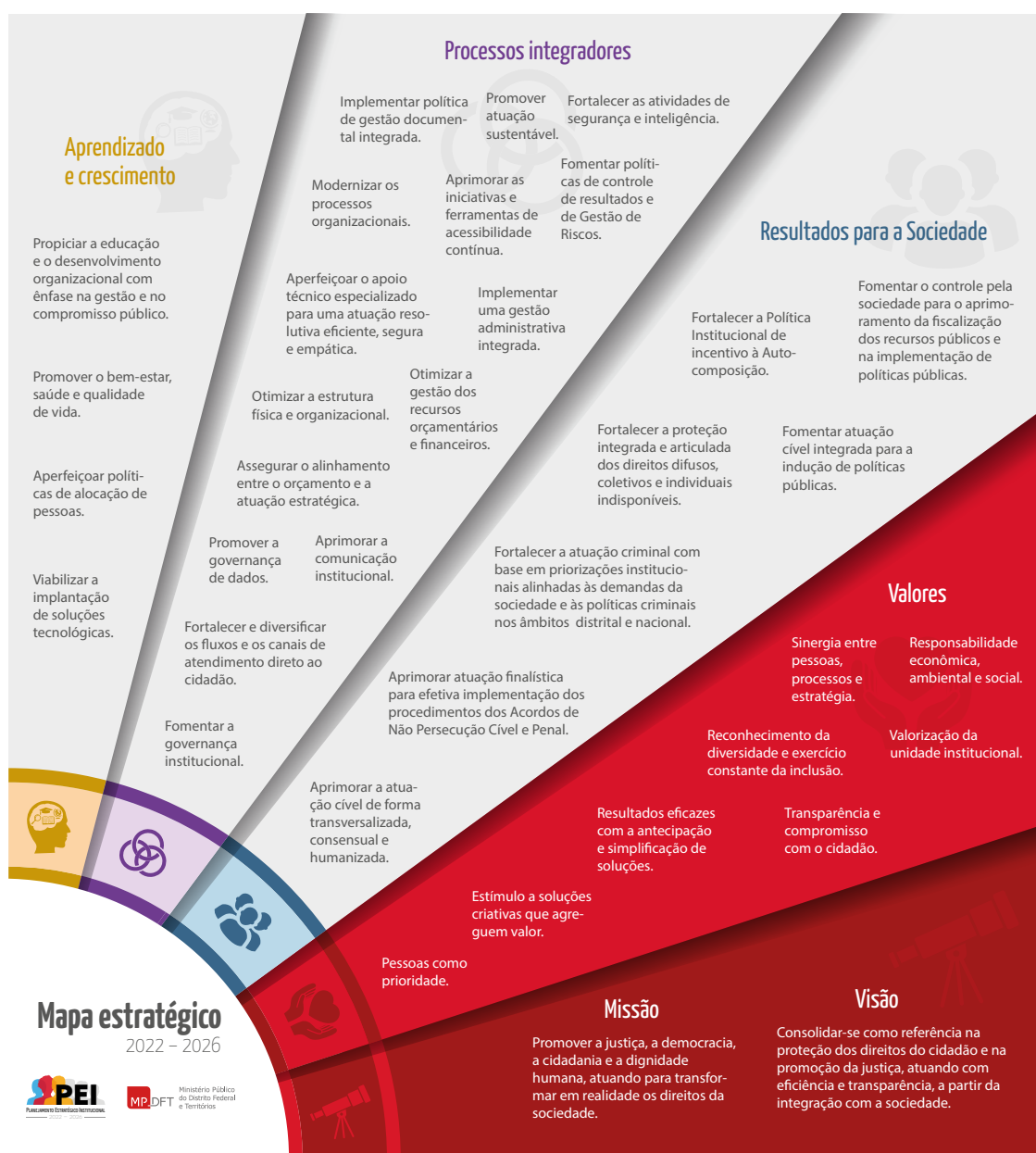
DATA DA OFICINA	UNIDADES PARTICIPANTES	MACROPROCESSO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
27/7/2021	Acessibilidade	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	Aprimorar iniciativas e ferramentas de acessibilidade contínua	Estabelecer linhas de atuação e instrumentalização que permitam a promoção de acessibilidade nos níveis de capacitação, informação, tecnologia, atitudinal, comunicação e de estrutura física e arquitetônica, de forma contínua, para aprimorar o atendimento e a realização dos serviços.
	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Águas Claras			
09/8/2021	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brazlândia	ATUAÇÃO TRANSVERSAL EM VÁRIOS MACROPROCESSOS	Fomentar o controle realizado pela sociedade na fiscalização dos recursos públicos e na implementação de políticas públicas	Estimular os conselhos de direitos e de políticas públicas e as redes de proteção, de modo que fortaleçam a participação popular com instrumentos necessários para que a sociedade exerça o papel de protagonista na implementação de políticas públicas, na fiscalização e utilização de recursos públicos.
	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Taguatinga			
	Ouvidoria Chefia de Gabinete da Corregedoria			
	Núcleo dos Direitos Humanos			
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude			
18/8/2021	Promotoria de Justiça Criminal de Ceilândia	ATUAÇÃO CRIMINAL	Aprimorar a atuação finalística para efetiva implementação dos procedimentos dos Acordos de Não Persecução Cível e Penal	Desenvolver iniciativas para estruturar e fortalecer a implementação dos Acordos de Não Persecução Cível (ANPC) e penal (ANPP), adequando processos internos e força de trabalho e aprimorando as relações institucionais internas, com os órgãos envolvidos e com autores e vítimas.
	Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de São Sebastião			
	Promotoria de Justiça de Defesa da Educação			
	Promotoria de Justiça Criminal de Ceilândia			
	Promotoria de Justiça Criminal do Gama			
19/8/2021	Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras	ATUAÇÃO CÍVEL	Fortalecer a atuação criminal com base em prioridades institucionais alinhadas às demandas da sociedade e às políticas criminais nos âmbitos distrital e nacional	Fortalecer a atuação criminal, de forma programática, buscando a proteção dos direitos fundamentais, a reparação dos danos, a redução da impunidade e, em especial, a defesa da vítima de infrações penais e atos infracionais, por meio de medidas extrajudiciais e judiciais eficazes, efetivas e eficientes, com base nas demandas prioritárias da sociedade, fortalecendo a atuação da justiça penal consensual e humanizada.
	Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Juventude			
	Promotoria de Justiça Infracional de Defesa da Infância e da Juventude de Samambaia			
	Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Administrativa			
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude			
19/8/2021	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Águas Claras	ATUAÇÃO CÍVEL	Aprimorar a atuação cível de forma transversal, consensual e humanizada	Aperfeiçoar e reforçar a atuação cível consensual, não litigiosa a fim de facilitar o protagonismo das partes na resolução de conflitos por meio de ações judiciais e extrajudiciais, consolidando uma atuação integrada e unificada entre as diversas áreas, priorizando a criança, o adolescente, os idosos, as pessoas com deficiência e as em situação de vulnerabilidade, promovendo um sistema de justiça focado nas pessoas.
	Procuradoria de Justiça Cível		Fomentar atuação cível integrada para a elaboração de políticas públicas	Estimular atuação cível integrada e coparticipativa entre os diversos órgãos com atribuição de proteção de direitos difusos e coletivos, promovendo o diálogo e a troca de informações e experiências, para potencializar uma atuação voltada para a elaboração de políticas públicas.

DATA DA OFICINA	UNIDADES PARTICIPANTES	MACROPROCESSO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
20/8/2021	Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa	APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO	Aperfeiçoar o apoio técnico especializado para uma atuação resolutiva eficiente, segura e empática	Estruturar, aperfeiçoar, desenvolver, instrumentalizar e fortalecer o apoio técnico especializado por meio de investimentos em recursos humanos, em recursos tecnológicos e parcerias institucionais, buscando equilíbrio entre as diversas áreas, celeridade, prontidão e qualidade no atendimento das demandas técnicas especializadas, focando na resolução consensual de conflitos e aperfeiçoando o corpo técnico de forma institucionalizada.
	Promotoria de Justiça de Defesa da Educação			
20/8/2021	Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística	PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	Fortalecer a proteção integrada e articulada dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis	Aperfeiçoar, reforçar e impulsionar a atuação na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis, de forma integrada e articulada entre os diversos órgãos (promotores e procuradores), Câmaras de Coordenação e Revisão, Corregedoria e Assessorias da Procuradoria-Geral de Justiça, priorizando iniciativas e resoluções consensuais com maior impacto social.
	Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural			
23/8/2021	Assessoria de Políticas Institucionais	CONTROLE INSTITUCIONAL	Fomentar a governança institucional	Aperfeiçoar, impulsionar e fortalecer a governança institucional alinhada às diretrizes estratégicas decisivas para a realização dos processos organizacionais de gestão e atuação finalística, uníssona e articulada, com enfoque especial na atribuição de coordenação, orientação, aproximação e interlocução das Câmaras de Coordenação e Revisão.
	Assessoria Especial de Planejamento Estratégico			
23/8/2021	Chefia de Gabinete da Corregedoria	PLANEJAMENTO	Fomentar políticas de controle de resultados e de gestão de riscos	Implantar políticas voltadas para registro, acompanhamento e controle dos resultados institucionais, evidenciando as iniciativas e boas práticas das atuações de gestão, de governança e da área-fim, com monitoramento e divulgação dos resultados, estabelecendo os riscos dos processos de trabalho visando aumentar a capacidade da organização de enfrentar as incertezas e utilizar os recursos com transparência, eficiência, eficácia e efetividade.
	Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça			
23/8/2021	Procuradoria de Justiça Cível	PLANEJAMENTO	Fomentar políticas de controle de resultados e de gestão de riscos	Implantar políticas voltadas para registro, acompanhamento e controle dos resultados institucionais, evidenciando as iniciativas e boas práticas das atuações de gestão, de governança e da área-fim, com monitoramento e divulgação dos resultados, estabelecendo os riscos dos processos de trabalho visando aumentar a capacidade da organização de enfrentar as incertezas e utilizar os recursos com transparência, eficiência, eficácia e efetividade.
	Secretaria-Geral			
23/8/2021	Secretaria de Planejamento	PLANEJAMENTO	Fomentar políticas de controle de resultados e de gestão de riscos	Implantar políticas voltadas para registro, acompanhamento e controle dos resultados institucionais, evidenciando as iniciativas e boas práticas das atuações de gestão, de governança e da área-fim, com monitoramento e divulgação dos resultados, estabelecendo os riscos dos processos de trabalho visando aumentar a capacidade da organização de enfrentar as incertezas e utilizar os recursos com transparência, eficiência, eficácia e efetividade.
	Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional			

Mapa estratégico

Os objetivos estratégicos foram apresentados ao Comitê Gestor do Planejamento Estratégico e ao Conselho Superior. Coube ao Comitê Gestor refinar o trabalho realizado nas oficinas de construção. Houve sugestões que deixaram objetivos e descrições sintonizados com as demandas institucionais. O Conselho Superior referendou o trabalho desenvolvido na construção do novo PEI e o aprovou sem ressalvas.

A partir da aprovação, o caminho foi aberto para a finalização da construção do Mapa Estratégico Institucional, que é o desenho esquemático da estratégia institucional. Ele traz os desafios a serem enfrentados e superados no horizonte estratégico definido, para assim concretizar a missão e visão de futuro da instituição.



Missão, visão e valores

A missão refere-se à razão pela qual a instituição existe, a razão de ser. A missão do MPDFT é definida pela Constituição Federal de 1988, não pode ser modificada, porém, pode ser traduzida para ficar de fácil compreensão a toda população. A visão é o direcionamento da instituição, o caminho que deseja percorrer e o que se tornará, no prazo definido. Neste caso, o período definido foi de cinco anos, 2022-2026.

Ambas foram trabalhadas a todo momento no andamento do projeto de construção do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Nas oficinas de construção dos objetivos estratégicos, elas foram escolhidas e definidas por meio de votação disponibilizada em formulário no *Google Forms*. Os participantes das oficinas puderam ler e refletir sobre cada uma das sentenças que compunham o documento. A expressão vencedora foi “Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade”, ou seja, a mesma utilizada no ciclo passado.

Já a visão foi reescrita com a seguinte expressão: “Consolidar-se como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade.”

Os valores institucionais podem ser definidos como crenças e atitudes que dão personalidade à instituição, definindo uma ética para a atuação das pessoas e da organização. São qualidades indispensáveis no tratamento diário com a sociedade.

Por serem de tamanha importância, antes da elaboração dos questionários das pesquisas interna e externas, a equipe da Secplan fez um levantamento dos valores que existiam nos mapas estratégicos de vários Ministérios Públicos brasileiros e o material do Planejamento Estratégico Nacional (PEN) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Então, foi elaborada uma lista com os dez valores que mais se repetiam nos diversos órgãos ministeriais consultados. Eles foram colocados em consulta para que integrantes da casa, órgãos parceiros e sociedade elessem os cinco valores para integrar o novo Mapa Estratégico Institucional. A tabela abaixo mostra o resultado obtido com as pesquisas na ordem do mais votado ao menos votado.

Ordem	Pesquisa interna	Pesquisa sociedade	Pesquisa órgãos parceiros
1	Acolhimento	Imparcialidade	Imparcialidade
2	Credibilidade	Acolhimento	Acolhimento
3	Imparcialidade	Transparência	Cooperação
4	Resolutividade	Credibilidade	Transparência
5	Independência	Proatividade	Resolutividade
6	Transparência	Resolutividade	Credibilidade
7	Proatividade	Cooperação	Independência
8	Cooperação	Independência	Proatividade
9	Inovação	Inovação	Inovação
10	Unidade	Unidade	Unidade

Na pesquisa interna, o valor “Acolhimento” teve maior percentual (74%), seguido dos valores “Credibilidade” (65%), “Imparcialidade” (62,9%), “Resolutividade” (49,1%) e “Independência” (48,5%). Já na pesquisa com os órgãos parceiros, o valor “Imparcialidade” teve maior percentual (74%), seguido de “Acolhimento” (66,2%), “Transparência” (52,3%), “Credibilidade” (51,5%) e “Proatividade” (47,2%). Finalmente, a pesquisa com a sociedade elegeu os valores “Imparcialidade” (67,6%), “Acolhimento” (58,1%), “Cooperação” (54,3%), “Transparência” (50%) e “Resolutividade” (47,1%).

Esses resultados foram apresentados ao Comitê Gestor do Planejamento Estratégico que os analisou e achou incompatibilidade entre os valores e os resultados encontrados nos grupos focais e nas oficinas realizados com membros e servidores. Então, o Comitê solicitou estudo para a definição de novos valores para seguirem a mesma tendência estabelecida nos grupos focais e nas oficinas de construção dos objetivos estratégicos, de modo a refletir as reais demandas da instituição e o verdadeiro valor da entrega dos nossos serviços à sociedade. Assim, foi realizada nova análise no material dos encontros e apresentada nova proposta de valores. O Comitê Gestor aprovou e validou a proposta que segue abaixo descrita:

Valores convergentes	Sentença descritiva dos valores
Cooperação e Integração	Sinergia entre pessoas, processos e estratégia
Sustentabilidade	Responsabilidade econômica, ambiental e social
Acessibilidade	Reconhecimento da diversidade e exercício constante da inclusão
Unidade	Valorização da unidade institucional
Resolutividade e Proatividade	Resultados eficazes com a antecipação e simplificação de soluções
Transparência e credibilidade	Transparência e compromisso com o cidadão
Inovação	Estímulo a soluções criativas que agreguem valor
Pessoas	Pessoas como prioridade

Mapa Estratégico Nacional PEN/CNMP 2020-2029



MAPA ESTRATÉGICO NACIONAL 2020-2029



MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis

VALORES

- Resolutividade
- Transparência
- Proatividade
- Inovação
- Cooperação

VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público

Aprimorar a efetividade da persecução civil e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas

Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional

Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial

Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social

Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos

PROCESSOS INTEGRADORES

Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados

Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários

Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada

Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional

Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho

Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

“ESTRATÉGIA É DIÁLOGO PERMANENTE.”



Acesse o Painel de Resultados dos Encontros

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional PEN/CNMP 2020-2029

Na elaboração do PEN-MP 2020-2029, o Conselho Nacional do Ministério Público uma das premissas da construção foi a de que as unidades e os ramos detêm autonomia que deve ser preservada e respeitada, de sorte que o PEN-MP tem caráter direcionador, não vinculativo, e de adesão voluntária. Com base nessa premissa, o MPDFT sentiu-se seguro em elaborar o próprio Planejamento Estratégico para os próximos 5 anos. Contou com a ajuda de uma instrutora capacitada e de membros e de servidores do próprio quadro. Foram criados 26 objetivos estratégicos de forma colaborativa e participativa. Foram vários encontros virtuais para a construção da estratégia institucional.

Partindo dos objetivos estratégicos nacionais, segue o alinhamento dos objetivos estratégicos MPDFT ao Mapa Estratégico Nacional:

OBJETIVO ESTRATÉGICO NACIONAL	OBJETIVO ESTRATÉGICO DO MPDFT
Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público	Fortalecer as atividades de segurança e inteligência.
	Aperfeiçoar o apoio técnico especializado para uma atuação resolutiva eficiente, segura e empática
Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas	Aprimorar atuação finalística para efetiva implementação dos procedimentos dos Acordos de Não Persecução Cível e Penal.
Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.	Fortalecer a proteção integrada e articulada dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis.
	Fortalecer a atuação criminal com base em prioridades institucionais alinhadas às demandas da sociedade e às políticas criminais nos âmbitos distrital e nacional.
Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atuação ministerial.	Aprimorar a atuação cível de forma transversalizada, consensual e humanizada.
Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social	Fomentar o controle pela sociedade para o aprimoramento da fiscalização dos recursos públicos e na implementação de políticas públicas.
	Fomentar atuação cível integrada para a indução de políticas públicas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO NACIONAL	OBJETIVO ESTRATÉGICO DO MPDFT
Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.	Fortalecer a Política Institucional de incentivo à Autocomposição
	Fortalecer e diversificar os fluxos e os canais de atendimento direto ao cidadão.
Disseminar práticas de governança e gestão em todos os níveis orientadas para resultados.	Fomentar políticas de controle de resultados e de Gestão de Riscos.
	Assegurar o alinhamento entre o orçamento e a atuação estratégica.
	Promover a governança de dados.
	Fomentar a governança institucional.
Zelar pela sustentabilidade em toda a forma de atuação.	Promover atuação sustentável.
Assegurar a disponibilidade e aplicação eficiente dos recursos orçamentários.	Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros.
	Otimizar a estrutura física e organizacional.
Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada.	Implementar uma gestão administrativa integrada.
	Implementar política de gestão documental integrada.
	Modernizar os processos organizacionais.
Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.	Aprimorar as iniciativas e ferramentas de acessibilidade contínua.
	Aprimorar a comunicação institucional
Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.	Propiciar a educação e o desenvolvimento organizacional com ênfase na gestão e no compromisso público.
	Promover o bem-estar, saúde e qualidade de vida.
	Aperfeiçoar políticas de alocação de pessoas.
Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.	Viabilizar a implantação de soluções tecnológicas.

Alinhamento do PEI à agenda 2030 da ONU

Os Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS) são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. São 17 ODS compostos por 169 metas e mais de 200 indicadores no nível global que podem servir como orientadores do trabalho pelo desenvolvimento sustentável, reduzindo desigualdades e proporcionando eficiência da gestão. Segue imagem com a lista dos 17 ODS.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030 da ONU.
Fonte: sítio da ONU, acesso em 16/12/2021

Eles se conectam em sua essência à missão constitucional da Institucional definida pela Carta Magna no artigo 127, *caput*, que diz: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Portanto, faz-se necessário alinhar o PEI 2022-2026 aos ODS para que evidenciemos a nossa concreta contribuição a tão importante agenda. Segue planilha com o alinhamento dos objetivos à Agenda 2030 da ONU.

PEI 2022–2026	ODS – AGENDA 2030 DA ONU
Aprendizado e Crescimento	
Aperfeiçoar políticas de alocação de pessoas.	16
Promover o bem-estar, saúde e qualidade de vida.	16
Propiciar a educação e o desenvolvimento organizacional com ênfase na gestão e no compromisso público.	16
Viabilizar a implantação de soluções tecnológicas.	16
Processos Integradores	
Promover atuação sustentável.	1, 2, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 16, 17
Aprimorar as iniciativas e ferramentas de acessibilidade contínua	16
Fortalecer e diversificar os fluxos e os canais de atendimento direto ao cidadão.	1, 3, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 16
Aprimorar a comunicação institucional.	16
Assegurar o alinhamento entre o orçamento e a atuação estratégica.	6, 12, 13, 15, 16, 17
Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros.	12, 16
Fomentar políticas de controle de resultados e de Gestão de Riscos.	6, 12, 13, 15, 16, 17
Aperfeiçoar o apoio técnico especializado para uma atuação resolutiva eficiente, segura e empática.	16
Fortalecer as atividades de segurança e inteligência.	16
Implementar política de gestão documental integrada.	12, 16
Implementar uma gestão administrativa integrada.	12, 16
Modernizar os processos organizacionais.	12, 16
Otimizar a estrutura física e organizacional	12, 16
Fomentar a governança institucional.	6, 12, 13, 15, 16, 17
Promover a governança de dados.	6, 12, 13, 15, 16, 17
Resultados para a Sociedade	
Fomentar o controle pela sociedade para o aprimoramento da fiscalização dos recursos públicos e na implementação de políticas públicas	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17
Aprimorar atuação finalística para efetiva implementação dos procedimentos dos Acordos de Não Persecução Cível e Penal.	5, 16
Aprimorar a atuação cível de forma transversalizada, consensual e humanizada.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 16, 17
Fomentar atuação cível integrada para a indução de políticas públicas.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17
Fortalecer a proteção integrada e articulada dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17
Fortalecer a atuação criminal com base em prioridades institucionais alinhadas às demandas da sociedade e às políticas criminais nos âmbitos distrital e nacional.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17
Fortalecer a Política Institucional de incentivo à Autocomposição.	1, 3, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 16

Para saber mais sobre os ODS, acesse o site da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil pelo link <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Desdobramento da estratégia

A definição da estratégia de uma instituição procura ordenar as bases para um processo de mudança. Uma vez definida a estratégia, materializada no Planejamento Estratégico Institucional e seus componentes, o próximo passo é entender e definir como implementá-la. Desse modo, o desdobramento da estratégia deve ser entendido de forma ampla e não como uma simples contextualização dos objetivos e iniciativas estratégicas na instituição. Deve ser entendido como um passo crucial na busca de resultados e desempenhos coerentes com os desafios estratégicos traçados.



Devido à importância do desdobramento, o processo de elaboração teve cuidado e zelo em incluir as valiosas contribuições surgidas no decorrer do processo. Então, a partir de reuniões entre instrutoria e equipe do projeto, pesquisas e *benchmarking* junto a outros Ministérios Públicos, consultas bibliográficas e principalmente da reflexão minuciosa da nova estratégia traçada, o modelo de execução da estratégia foi apresentado para as unidades da instituição por meio de reuniões estabelecidas pelos macroprocessos da Cadeia de Valor. Na reunião, os participantes puderam modificar e sugerir novas iniciativas estratégicas para alinhar as prioridades da unidade ou da instituição como um todo, possibilitando a transversalidade de atuação das unidades em temáticas não afetas ao trabalho diário, ou seja, uma unidade poderá contribuir, por exemplo, para o objetivo estratégico "Aprimorar iniciativas e ferramentas de acessibilidade contínua".

O modelo de desdobramento da estratégia adotado possui três documentos que regem a estratégia institucional. O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) é um documento robusto com as iniciativas estratégicas propostas para cada objetivo estratégico que estarão relacionadas a um sinalizador de resultado. Ele é o DNA da estratégia institucional, traz o caminho a ser percorrido para o alcance dos objetivos estratégicos pelos cinco anos do novo PEI. E poderá ser revisto anualmente e ter a inclusão ou a retirada de iniciativas estratégicas que se tornarem necessárias para o alcance da estratégia institucional.

Já o Plano Geral de Atuação (PGA) é um documento que definirá as principais iniciativas a serem desenvolvidas pelo MPDFT durante o ano. O PGA representa um recorte no caminho a ser percorrido para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Ao final do ano, serão coletados os resultados dos projetos e planos de ações a serem apresentados no relatório anual do Planejamento Estratégico Institucional. O PGA conterá os objetivos estratégicos, os sinalizadores de resultados e as iniciativas estratégicas vindas do PEI escolhidas no momento da elaboração do Plano de Atuação da Unidade (Planu). Ele será o conjunto dos Planos de Atuação das Unidades elaborados que contribuirão com o PEI. Cabe à Secretaria de Planejamento (Secplan) a consolidação desse documento. Inicialmente, terá vigência de um ano, depois os próximos dois PGAs terão vigência de dois anos cada. Então, teremos um em 2022, outro elaborado a partir de outubro de 2022, com vigência para os anos de 2023-2024 e, por fim, em 2024 elaboraremos o último PGA do PEI, que terá vigência no biênio 2025-2026.

O Plano de Atuação da Unidade (Planu) é o documento norteador da estratégia tático-operacional da unidade. Ele conterá o(s) objetivo(s) estratégico(s), o(s) sinalizador(es) de resultado(s) e a(s) iniciativa(s) estratégica(s) vindas do PEI, escolhidos pela unidade para colaborar no desdobramento da estratégia institucional. A unidade poderá contribuir com o planejamento escolhendo, no mínimo, um objetivo estratégico, um sinalizador de resultado e uma iniciativa estratégica para a execução da estratégia da unidade. As iniciativas estratégicas serão desenvolvidas por meio de dois instrumentos, projeto e plano de ação, com ações e tarefas definidas pela própria unidade, com total liberdade de escolha do instrumento a ser utilizado. O Planu terá a mesma vigência do PGA e, caso necessite de ajuda, a unidade poderá solicitar auxílio na elaboração do Planu para a Secplan.

O Plano de Ação é uma ferramenta de gestão utilizada para planejar e controlar ações e recursos necessários para a conquista de resultados. Estabelece prazos, define responsáveis da ação ou tarefa, e permite acompanhamento dos resultados. É um documento detalhado que enumera as ações de execução da(s) iniciativa(s) estratégica(s) escolhida(s) no Plano de Atuação, alinhadas ao sinalizador de resultado e ao objetivo estratégico. Poderá ser elaborado no mesmo momento que o Plano de Atuação da unidade e com o acompanhamento da Secplan. A unidade tem a liberdade de escolher se executará o planejado por meio de plano de ação ou por projeto.

O projeto é definido como esforço temporário empreendido para criar um produto ou serviço com resultado inédito e com início, meio e fim preestabelecidos. A elaboração de projetos seguirá a metodologia adotada pelo MPDFT e seguirá o fluxo da Assessoria de Projetos da Secplan. Em ambos os documentos, a unidade estabelecerá a contribuição e o resultado para a medição da efetiva execução da iniciativa estratégica. Esses dados ajudarão na comprovação da execução do objetivo estratégico a que se refere a iniciativa estratégica.

Portfólio de projetos institucionais

Portfólio de projetos é o conjunto de projetos utilizados para inovar a atuação institucional, obter melhores resultados e ajudar no alcance dos objetivos estratégicos definidos no horizonte estratégico. A partir do lançamento da nova estratégia, todas as novas iniciativas da instituição, incluindo os programas e projetos já existentes, deverão ser alinhadas a ela.

Segue tabela com os projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento pela instituição que estão alinhados ao novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2026.

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO PEI 2022-2026	PROJETOS	QUANTIDADE
Aprendizado e crescimento	Aperfeiçoar políticas de alocação de pessoas	- Clima Organizacional.	1
	Promover bem-estar, saúde e qualidade de vida	- Atenção ao Uso de Álcool e outras Drogas no âmbito do MPDFT – Despetar; - Autoconhecimento e bem-estar financeiro; - Avaliação Ergonômica Participativa no MPDFT; - De mãos dadas; - Ginástica laboral; - Plano de Trabalho Gerenciamento de Estresse; - Saúde e Qualidade de Vida do Promotor do Júri; - Tecendo o amanhã: qualidade de vida e aposentadoria; - Treinamento em Biofeedback Cardíaco.	9
	Propiciar a educação e o desenvolvimento organizacional com ênfase na gestão e no compromisso público	- Competência; - Crescendo no MPDFT; - Crescendo no MPDFT - 2ª edição; - Falando Sobre Vida Prevenção ao Suicídio; - GENOP - Gestão e Normatização de Projetos; - Gestão de Pessoas Compartilhada (GPC); - Gestão por Competência; - Implantação de ações telepresenciais no MPDFT; - Investindo em quem é nosso: capacitação; - Meu projeto de futuro; - Vivendo e aprendendo.	11
	Viabilizar a implantação de soluções tecnológicas		

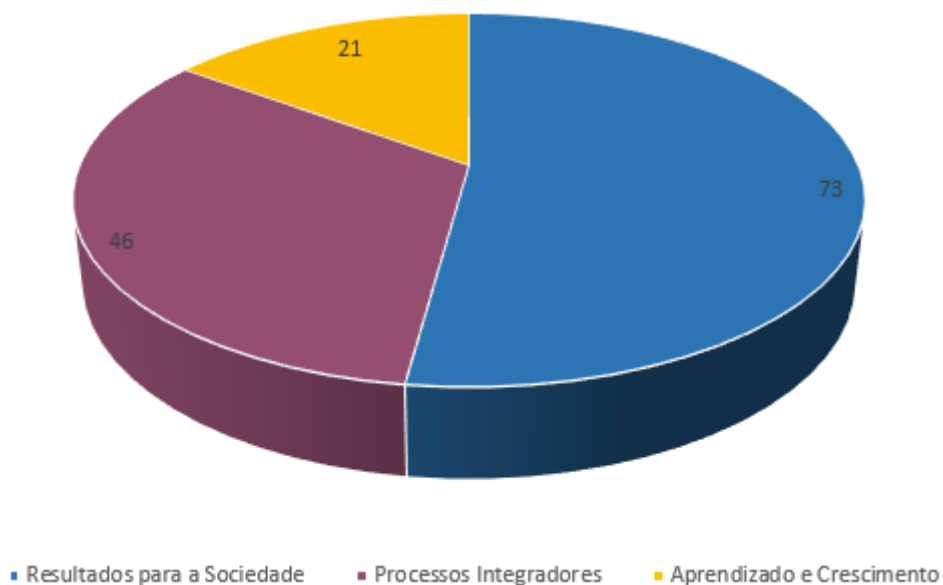
PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO PEI 2022-2026	PROJETOS	QUANTIDADE
Processos Integradores	Aperfeiçoar o apoio técnico especializado para uma atuação resolutiva eficiente, segura e empática	- Análise do nível de estruturação dos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência – PAVs no Distrito Federal; - MPDFT pela Saúde Mental; - Nós podemos muito mais: trabalhando em rede com a rede; - Novos rumos no Psicossocial.	4
	Aprimorar a comunicação institucional	- Audiências Públicas; - Aproximação: ação de integração da Procuradoria-Geral de Justiça com membros e servidores; - Bate-papo com o promotor de Justiça; - Café com o Ouvidor; - Ciranda do Livro 2012; - Concurso Cultural de Samambaia; - Conheça o MPDFT; - Informativo Trimestral da Ouvidoria; - Jovem ouvidor; - MP Eficaz: Atendimento ao Cidadão; - MP Eficaz: volta às aulas; - Ouvidoria itinerante; - Proximidades - Secult; - Publicações institucionais não jornalísticas; - Quero Saber MPDFT - Transamérica; - Súmula Trimestral da Ouvidoria; - Revista do MPDFT.	17
	Aprimorar as iniciativas e ferramentas de acessibilidade contínua.	- Ler é legal - MP Acessível;	2
	Assegurar o alinhamento entre o orçamento e a atuação estratégica.	-	0
	Fomentar a governança institucional	-	0
	Fomentar políticas de controle de resultados e de gestão de riscos	- Gestão de riscos em oitivas de detentos e de menores em situação de conflito com a lei; - Gestão de riscos em visitas domiciliares psicossociais; - Implantação da gestão de riscos no MPDFT.	3
	Fortalecer as atividades de segurança e inteligência.	Descentralização das atividades de segurança institucional	1
	Fortalecer e diversificar os fluxos e os canais de atendimento direto ao cidadão.	- Acessibilidade em Libras; - Grupos informativos sobre violência e cidadania; - MP Eficaz: Fale com o Promotor de Justiça.	3
	Implementar política de gestão documental integrada	- MPDFT Digital; - Produção Intelectual do MPDFT; - Sempre; - Produção intelectual com Dspace - para Internet.	4
	Implementar uma gestão administrativa integrada	-	0
	Modernizar os processos organizacionais	- Novos Rumos do Psicossocial – centralização regional. - Pesquisa de satisfação – usuários do Setor de Atendimento/Biblioteca MPDFT; - Apoio Técnico às Atividades Jurídicas – atendimento psicossocial e acompanhamento de medidas alternativas em Santa Maria.	3

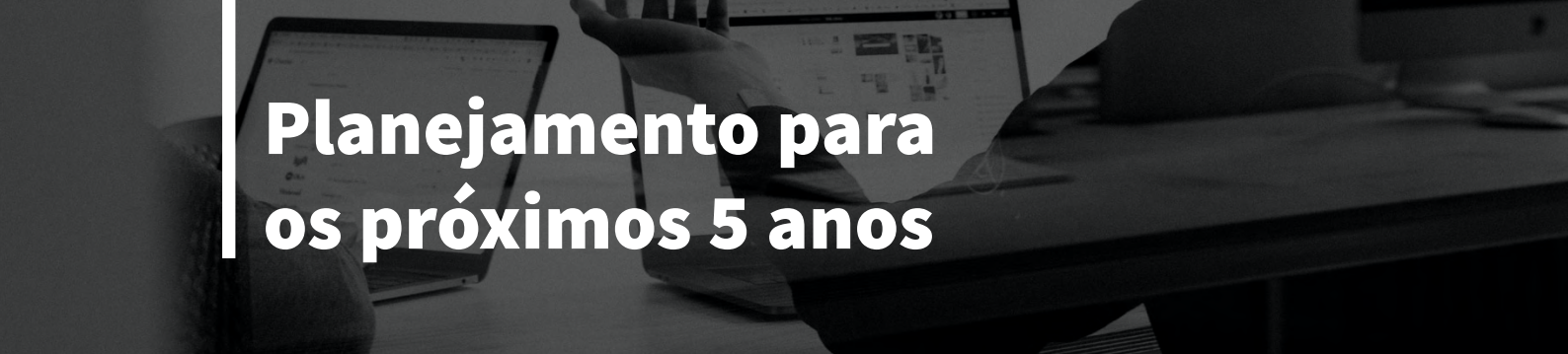
PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO PEI 2022-2026	PROJETOS	QUANTIDADE
Processos Integradores	Otimizar a estrutura física e organizacional.	- Sistema Processo Judicial Eletrônico no plantão ordinário.	1
	Otimizar a gestão dos recursos orçamentários financeiros	-	0
	Promover a governança de dados.	- Proteção dos dados pessoais e da privacidade.	1
	Promover atuação sustentável.	- Mês do meio ambiente 2013; - MP Eficaz: de bem com a natureza! Capacitação Terceirizados; - MPDFT: artilheiro do meio ambiente; - Parceiro de sucesso; - Perspectivas Ambientais – mês do meio ambiente 2015; - Plano de Logística Sustentável do MPDFT; - Plano de Manejo Hídrico do MPDFT.	7
Resultados para a sociedade	Aprimorar a atuação cível de forma transversalizada, consensual e humanizada.	- Círculos Educativos contra Violência; - Escola: Tô Dentro!!! 1ª Etapa; - Escola: Tô Dentro!!! 2ª Etapa; - Identidade Legal; - Implantação da fiscalização de curatelados e interditados na Coordenadoria de Justiça do Paranoá; - MP Eficaz: Adolescente Aprendiz; - Repensar Histórias; - Priorizar LA e PSC é a solução! - Promovendo a Arte.	9
	Aprimorar a atuação finalística para a efetiva implementação dos procedimentos dos acordos de não persecução cível e penal.	-	0
	Fomentar atuação cível integrada para a indução de políticas públicas.	- Ágora – Rede de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes de São Sebastião; - Portal Direito e Saúde do MPDFT; - Programa MP + família.	3
	Fomentar o controle pela sociedade para o aprimoramento da fiscalização dos recursos públicos e na implementação de políticas públicas.	- Cidadão contra a corrupção; - Como anda meu ônibus: observatório da política do Serviço de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPCDF); - Educação Cidadã; - Mapa Social; - Mapa Social da Educação; - Mapa Social da Saúde; - Ministério Público como agente de fomento e monitoramento da política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher; - MP Eficaz: inclusão digital nas escolas públicas do Distrito Federal; - Na Moral; - Na Moral - itinerários formativos; - O OCA é nosso! Descobrimos novas metodologias de monitoramento do orçamento da criança e do adolescente; - Orçamento participativo; - Rede Urbanidade – rede de promoção da mobilidade sustentável e do transporte coletivo do Distrito Federal; - Transparência nas Escolas é Legal! - Um passo no seu espaço; - O patrimônio público é de todos; - O Patrimônio público é nosso: participe da cidade!	17

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO PEI 2022–2026	PROJETOS	QUANTIDADE
Resultados para a sociedade	Fortalecer a atuação criminal com base em prioridades institucionais alinhadas às demandas da sociedade e às políticas criminais nos âmbitos distrital e nacional	- Atendimento Integral do Usuário de Droga em Conflito com a Lei; - Atividades mil, crime zero! Esporte e Arte no Combate ao Crime! - Dialogar é prevenir; - Elos por elas; - Foragidos da Justiça; - Intervenção Psicossocial após pedido de retirada das medidas protetivas por mulheres vítimas de violência doméstica; - Kairós: atuação resolutiva em processos suspensos relacionados a homicídios tentados; - Portas Abertas; - Proteção Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica; - Rede de enfrentamento à violência contra a mulher do Gama; - Rede de enfrentamento à violência contra a mulher do Gama - 2ª edição; - Rede unid@s de Brazilândia; - Tardes de Reflexão sobre Violência Doméstica em Brazilândia; - Valorize a vida no trânsito; - Valorize a vida no trânsito - 2ª edição; - Verum; - Vida sem drogas.	17
	Fortalecer a política institucional de incentivo à autocomposição	- Acordar: construindo o consenso por meio de soluções compartilhadas; - Autocomposição no MPDFT; - Criando e recriando laços: um incentivo à mediação de conflitos e círculos transformativos e de construção de paz nas Casas de Acolhimento; - Diálogos inclusivos: a representatividade da população carcerária restaurada por meio da família; - Encontros empáticos – CNV entre nós; - Escutando o cidadão – diálogos com vítimas de delitos; - Incentivo à mediação de conflitos e práticas restaurativas no contexto escolar; - Mediação comunitária no MPDFT; - Mediação Familiar; - MP Solidário; - Paternar; - Ministério Público como garantidor de direitos de mulheres trans e travestis em contexto de privação de liberdade; - Reconstruir Vidas – Diálogo com familiares e amigos de pessoas desaparecidas; - Semeando Diálogos.	14

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO PEI 2022-2026	PROJETOS	QUANTIDADE
Resultados para a sociedade	Fortalecer a proteção integrada e articulada dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis	- Enfrentamento às violações de direitos da população em situação de rua; - Implantação da lei geral de proteção de dados e privacidade no MPDFT; - Oxalá– Prevenindo a discriminação racial nas escolas no DF; - Pacto para construção do fluxo para acolhimento institucional de crianças e adolescentes; - Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal; - Preserva Brazlândia; - Registro de projeto: Oxalá; - Sharanan: yoga no abrigo; - Sistema Protetor: acompanhando as curatelas em todo o Distrito Federal; - tribunal do júri – uma lição de vida; - Ninho; - Vida plena; - Vira amigo.	13
Total de projetos = 140			

Projetos por perspectiva





Planejamento para os próximos 5 anos

Como Mário Sérgio Cortella diz no vídeo Planejar, escolher, abdicar, disponível no Youtube:

toda pessoa que quer ir a um lugar, precisa saber onde quer ir, parece óbvio. Mas, isso exige possibilidade de enxergar qual é o teu objetivo, qual é o teu foco, qual é o teu horizonte. Nessa hora o planejamento é necessário, a programação é necessária... todo planejamento significa que eu vou fazer escolhas: escolha de rotas; escolha de trilhas, escolha de meios. Mas toda escolha é uma abdicação. Todas as vezes que eu escolho eu estou deixando de lado outras coisas...

Com esse pensamento, o MPDFT estabeleceu o caminho a ser seguido no novo horizonte estratégico que vai de 2022 a 2026. Foram definidos os objetivos estratégicos, sinalizadores de resultado e iniciativas estratégicas. Esses elementos foram criados a partir da contribuição dos integrantes da casa nas etapas de construção da estratégia institucional. São sugestões advindas dos grupos focais e oficinas, anseios dos participantes que tiveram liberdade para expor as ideias em um ambiente seguro e sem julgamentos.

Nessa construção, o grande desafio foi a definição da estratégia para alcançar com maior efetividade o macroprocesso finalístico. O ciclo anterior de planejamento serviu para amadurecimento e, com as lições aprendidas, termos em mente que para o próximo ciclo é necessário avançar e aprofundar na implantação do PEI na área finalística. A estratégia a ser adotada é o incentivo da utilização do Plano de Ação da Unidade (Planu) em cada ofício ou grupo de ofícios.

O caráter específico da atuação ministerial, que atua por demandas, mostrou nos últimos anos de planejamento que a análise de indicadores precisa levar em conta vários fatores e não somente a atuação ministerial e análise fria de um número representado em um indicador. Nesse novo ciclo, vamos evidenciar o trabalho de impacto executado pela instituição na sociedade do Distrito Federal. Por isso, foram definidos elementos diferenciados e norteadores para o alcance dos objetivos estratégicos.

Os sinalizadores de resultado são os pilares de sustentação dos objetivos estratégicos. Eles apontarão qualitativamente o cumprimento e alcance dos objetivos. Já as iniciativas estratégicas são o que precisamos para solidificar os sinalizadores de resultado. Elas possuem abrangência de oportunidades para que as unidades escolham uma contribuição alinhada naturalmente ao PEI para desenvolver no plano de ação. Essa contribuição é o objetivo da unidade, o problema que deseja resolver, a ideia a ser implantada e o trabalho a ser mensurado. Ela será materializada no Plano de Ação ou no projeto e para cada contribuição teremos um resultado que, preferencialmente, deverá ser quantitativo.

Há muito trabalho a ser feito. A instituição já mostrou a força, vontade e dedicação dos seus integrantes. Espera-se, portanto, que o trabalho em equipe, participativo e colaborativo seja, mais uma vez, de sucesso e crescimento para a instituição.

Segue a lista dos objetivos estratégicos, dos sinalizadores de resultados e das iniciativas estratégicas agrupada pelas perspectivas “Aprendizado e Crescimento”, “Processos Integradores” e “Resultados para a Sociedade”.

Perspectiva – Aprendizado e Crescimento

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
1 APERFEIÇOAR POLÍTICAS DE ALOCAÇÃO DE PESSOAS	1.1 Alocação com base em gestão de pessoas, bem-estar, saúde e qualidade de vida.	1.1.1 Implementar política de alocação, distribuição e redistribuição de servidores, utilizando os resultados do dimensionamento da força de trabalho, da consultoria de gestão, do mapeamento das competências e de outros processos de gestão de pessoas. 1.1.2 Implantar metodologia de gestão de pessoas moderna e de evolução permanente para valorizar e motivar membros e servidores.
	2.1 Melhoria do ambiente de trabalho.	2.1.1 Implementar programa de qualidade de vida, bem-estar, saúde e segurança ocupacional. 2.1.2 Psicoeducar sobre os transtornos mentais, sua alta incidência e a importância do tratamento adequado para minimizar o sofrimento psíquico e os prejuízos em diversas áreas da vida. 2.1.3 Promover o envolvimento de membros e servidores nas iniciativas voltadas a bem-estar e qualidade de vida.
2 PROMOVER O BEM-ESTAR, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	2.2 Prevenção de doenças físicas e emocionais.	2.2.1 Mapear as áreas de maior prevalência de adoecimento para realização de trabalho preventivo e promoção em saúde personalizada. 2.2.2 Promover iniciativas para prevenção de doenças físicas e mentais compreendendo as singularidades humanas, o contexto do trabalho e sua organização.
	2.3 Modernização do serviço médico	2.3.1 Implementar o prontuário eletrônico na área de saúde. 2.3.2 Implementar mecanismos de levantamento e tratamento de dados na área de saúde para auxiliar o planejamento das ações. 2.3.3 Modernização dos controles internos do serviço médico.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
3 PROPICIAR A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL COM ÊNFASE NA GESTÃO E NO COMPROMISSO PÚBLICO	3.1 Desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes.	3.1.1 Aprimorar a educação e o desenvolvimento organizacional com foco em resultados. 3.1.2 Desenvolver a cultura de formação continuada, envolvendo gestores, membros e servidores na própria formação e na formação da equipe. 3.1.3 Preparar os gestores para liderar equipes presenciais, remotas e híbridas, utilizando corretamente as ferramentas de comunicação, priorizando a qualidade de vida de suas equipes e o resultado para sociedade. 3.1.4 Valorizar a gestão da avaliação de desempenho e de estágio probatório, conectando-a com os outros processos de gestão de pessoas.
	3.2 Diagnóstico organizacional.	3.2.1 Realizar a análise quantitativa de unidades do órgão utilizando critérios objetivos e metodologia própria por meio do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), bem como outros indicadores de Gestão de Pessoas. 3.2.2 Realizar a análise de aspectos qualitativos de unidades do órgão utilizando instrumento próprio com o objetivo de trazer iniciativas que aprimorem a atuação da unidade envolvendo diversos aspectos organizacionais como pessoas, estrutura, tecnologia, processos, capacitação, entre outros. 3.2.3 Realizar o mapeamento de competências específicas com vistas a subsidiar os demais sistemas de gestão de pessoas, como alocação, educação, avaliação e outros. 3.2.4 Promover a consultoria de gestão de pessoas, que envolverá a análise integrada da unidade a fim de buscar soluções para problemas concretos de atuação, com o objetivo de desenvolver os gestores e as equipes em sua atuação.
	3.3 Desenvolvimento do servidor na carreira.	3.3.1 Desenvolver e acompanhar a produtividade e o desempenho individual.
4 VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	4.1 Oferecimento de soluções de TI que suportem as atividades meio e fim de forma integrada e inovadora	4.1.1 Realizar as iniciativas propostas no PDTI e aprovadas pelo Comitê de TI.

Perspectiva – Processos Integradores

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
5 PROMOVER ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL	5.1 Implantação de iniciativas sustentáveis.	5.1.1 Executar e acompanhar o Plano de Logística Sustentável. 5.1.2 Ampliar as ações de capacitação voltadas para a conscientização e cultura de uma atuação institucional sustentável. 5.1.3 Estabelecer processos sustentáveis em todas as áreas de atuação com base nas melhores práticas e instrumentos de mensuração dos órgãos de controle. 5.1.4 Alinhar as iniciativas da Agenda ONU 2030 com o PEI 2022-2026. 5.1.5 Executar e acompanhar o Programa de Desenvolvimento Sustentável em edificações.
	5.2 Execução e acompanhamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável em edificações.	5.2.1 Promover a eficiência energética 5.2.2 Promover a economia de recursos hídricos 5.2.3 Incentivar a mobilidade sustentável
	5.3 Consolidação do valor da sustentabilidade na instituição	5.3.1 Executar ações preventivas e informativas sobre a sustentabilidade ambiental, social e econômica. 5.3.2 Inserir critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição de bens e serviços.
6 APRIMORAR AS INICIATIVAS E FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE CONTÍNUA	6.1. Acessibilidade, atendimento e prestação de serviço às pessoas com deficiência	6.1.1 Implantar atendimento e avaliação de membros e servidores com deficiência. 6.1.2 Estabelecer linhas de atuação e instrumentalização que permitam a promoção contínua de acessibilidade nas seguintes áreas: capacitação, informação, tecnologia, atitudinal, comunicacional, física e arquitetônica.
7 FORTALECER E DIVERSIFICAR FLUXOS E OS CANAIS DE ATENDIMENTO DIRETO COM O CIDADÃO	7.1 Mecanismos de atendimento direto ao cidadão.	7.1.1 Aprimorar fluxos e canais de atendimento direto que permitam celeridade de resposta, interação e integração entre instituição e cidadão. 7.1.2 Implantar unidade de atendimento ao cidadão nas coordenadorias das promotorias de Justiça.
	7.2 Identificação das demandas prioritárias da sociedade.	7.2.1 Desenvolver e implementar mecanismos de escuta da sociedade. 7.2.2 Identificar as demandas prioritárias por meio do tratamento da informação para uma atuação ministerial geradora de resultados para a sociedade.
	7.3 Aproximação com a sociedade	7.3.1 Articular a aproximação com a sociedade, diversidades populacionais, comunidades e partes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
8 APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	8.1 Melhorias na comunicação interna	8.1.1 Padronizar e organizar o acesso aos serviços e informações disponíveis na intranet. 8.1.2 Realizar pesquisa interna para mensuração do grau de satisfação e coleta de propostas de melhoria nas ferramentas de comunicação interna. 8.1.3 Buscar solução tecnológica para o aprimoramento da integração e métodos de aferimento dos canais de comunicação internos. 8.1.4 Aperfeiçoar a navegabilidade nos diversos dispositivos móveis. 8.1.5 Realizar campanhas de sensibilização dos integrantes da instituição sobre a importância de se informar com as matérias publicadas nos canais de comunicação da instituição. 8.1.6 Aprimorar as transmissões de eventos institucionais.
	8.2 Divulgação das iniciativas (programas, projetos, ações e atividades) realizadas pelas unidades	8.2.1 Facilitar o acesso dos integrantes da instituição aos serviços de comunicação. 8.2.2 Sensibilizar integrantes da instituição a divulgarem as informações e o trabalho realizado pelas unidades. 8.2.3 Elaborar e implantar projeto de multiplicadores em comunicação nas unidades e órgãos.
	8.3 Relacionamento com a sociedade	8.3.1 Realizar pesquisa externa para mensuração do grau de satisfação e coleta de propostas de melhoria nas ferramentas de comunicação com a sociedade. 8.3.2 Estabelecer fluxo para a divulgação das iniciativas e atribuições da instituição para a sociedade. 8.3.3 Ampliar a participação da instituição nas redes sociais. 8.3.4 Formar porta-vozes da instituição para dar visibilidade e fortalecer a imagem do MP.
	8.4 Cultura de integração e visão sistêmica entre pessoas e unidades	8.4.1 Implantar programa de desenvolvimento de cultura institucional de atuação integrada entre membros e servidores. 8.4.2 Elaborar e implementar iniciativas para aumentar a interação transversal entre as pessoas e as unidades. 8.4.3 Promover iniciativas (programas, projetos, ações e atividades) para alinhamento da atuação institucional.
9 ASSEGURAR O ALINHAMENTO ENTRE O ORÇAMENTO E A ATUAÇÃO ESTRATÉGICA	9.1 Alinhamento da proposta orçamentária às iniciativas executadas em cada área	9.1.1 Criar política de gestão orçamentária alinhada ao planejamento estratégico. 9.1.2 Estruturar gestão de custos para a vinculação aos objetivos estratégicos. 9.1.3 Vincular o orçamento da atuação finalística aos objetivos estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
10 OTIMIZAR A GESTÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	10.1 Melhoria da análise orçamentária para a tomada de decisão.	10.1.1 Implantar orçamento participativo e adequado às necessidades da Instituição. 10.1.2 Fomentar o uso de estudos comparativos e relatórios orçamentários, visando subsidiar a tomada de decisões estratégicas. 10.1.3 Utilizar o diagnóstico do Planejamento Estratégico Institucional como instrumento na implantação de negociação de recursos.
	10.2 Acompanhamento da execução orçamentária	10.2.1 Implantar sistema integrado de planejamento, controle e execução orçamentária e financeira.
	10.3 Monitoramento da Lei Orçamentária Anual	10.3.1 Elaborar proposta orçamentária.
11 FOMENTAR POLÍTICAS DE CONTROLE DE RESULTADOS E DE GESTÃO DE RISCOS	11.1 Implementação da política institucional de gestão de riscos	11.1.1 Estabelecer contexto institucional para a identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos das atividades exercidas pelas unidades e órgãos institucionais.
	11.2 Execução de projetos institucionais	11.2.1 Aprimorar a metodologia da gestão de projetos com a utilização de plataforma específica. 11.2.2 Formar multiplicadores nas unidades na metodologia de gestão de projetos.
	11.3 Aprimoramento da cultura institucional acerca do planejamento estratégico	11.3.1 Estabelecer instrumentos de aproximação da estratégia institucional aos integrantes da instituição. 11.3.2 Implementar o Plano de Atuação das Unidades (Planu) na área finalística.
12 APERFEIÇOAR O APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA UMA ATUAÇÃO RESOLUTIVA, EFICIENTE, SEGURA E EMPÁTICA	12.1 Aperfeiçoamento da estrutura de apoio técnico especializado	12.1.1 Aperfeiçoar o modelo institucional de apoio técnico especializado. 12.1.2 Desenvolver competências para o apoio técnico especializado visando ao fortalecimento da cultura resolutiva.
	12.2 Fortalecimento do quadro técnico especializado	12.2.1 Ampliar o quadro especializado das áreas estratégicas da instituição. 12.2.2 Fortalecer a estrutura (administrativa, pessoal, física e tecnológica) de assessoramento técnico especializado necessário para as diversas áreas. 12.2.3 Estabelecer estratégias de comunicação e integração entre as áreas técnicas especializadas e entre membros e servidores.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
13 FORTALECER AS ATIVIDADES DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA	13.1 Aprimoramento das atividades de segurança e de inteligência.	13.1.1 Implementar barreiras físicas e virtuais de segurança nas instalações da instituição. 13.1.2 Dispor de soluções e inovações tecnológicas que venham a robustecer a atividade de segurança e de inteligência. 13.1.3 Dispor de instalações físicas específicas e equipamentos para setores estratégicos e sensíveis ligados ao tema segurança e inteligência contemplando: complexo de treinamento (sala de luta, estande de tiro, academia, salas de aula etc.). 13.1.4 Promover ações voltadas ao desenvolvimento continuado de competências profissionais de segurança e inteligência. 13.1.5 Implementar a Política de Segurança e Inteligência Institucional. 13.1.6 Instalar Núcleos Regionais/Locais de Segurança. 13.1.7 Desvincular servidores de segurança de atividades administrativas. 13.1.8 Implementar a Política de Proteção de Dados da Segurança de Controle de Acesso.
	13.2 Campanhas educacionais para o fortalecimento da cultura de segurança e inteligência.	13.2.1 Implantar iniciativas de conscientização acerca do tratamento de conteúdos sensíveis. 13.2.2 Implementar grupos de trabalho para discussão e entendimento da temática de segurança institucional. 13.2.3 Instituir política de inteligência. 13.2.4 Promover iniciativas voltadas ao desenvolvimento de terceirizados para Segurança Orgânica.
	13.3 Análise de Risco da Segurança Institucional	13.3.1 Elaborar relatório de riscos das atividades de segurança institucional
14 IMPLEMENTAR POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL INTEGRADA	14.1 Aprimoramento da gestão de documentos físicos e digitais	14.1.1 Aperfeiçoar a gestão da documentação física custodiada pelo arquivo central. 14.1.2 Definir requisitos para a gestão, preservação e acessibilidade da documentação digital. 14.1.3 Aprimorar a produção intelectual do MPDFT. 14.1.4 Assessorar a implantação de sistema eletrônico integrado. 14.1.5 Implantar protocolo eletrônico.
	14.2 Criação de vínculo identitário com os integrantes do MPDFT e com a sociedade	14.2.1 Identificar, resgatar e disseminar a memória institucional. 14.2.2 Criar um processo de <i>compliance</i> para avaliar os elementos considerados históricos. 14.2.3 Elaborar e implementar o Projeto História Oral.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
15 IMPLEMENTAR UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA INTEGRADA	15.1 Fluxo de informações entre as unidades	15.1.1 Implantar sistema de gestão no qual as informações de cada unidade sejam analisadas e atualizadas automaticamente direcionando, assim, tomadas de decisões estratégicas e/ou rotineiras. 15.1.2 Desenvolver políticas de gestão administrativa para melhorias das atividades administrativas tornando-as sistêmicas, uniformes e integradas. 15.1.3 Estabelecer plano de comunicação para informar as alterações de fluxo e processos de trabalho, para maior engajamento.
	15.2 Logística integrada	15.2.1 Consolidar a utilização de inteligência artificial no processo de logística. 15.2.2 Implementar as melhores práticas de gestão de serviços administrativos. 15.2.3 Estruturar e implantar a logística integrada. 15.2.4 Sistematizar um acompanhamento da avaliação das atividades pelos pares e clientes internos.
	15.3 Instrumentos de controle de contratos, convênios e licitações	15.3.1 Modernizar os instrumentos de controle de contratos, convênios e licitações. 15.3.2 Instituir programa de capacitação continuada em elaboração e gerenciamento de contratos, convênios, fiscalização e licitação.
	15.4 Racionalizar os recursos logísticos, financeiros e de TI, com foco na sustentabilidade, segurança e efetividade	15.4.1 Aprimorar as contratações e as aquisições, atendendo aos critérios de efetividade, celeridade, racionalidade do custo processual, sustentabilidade e às normas de saúde e ergonomia.
16 MODERNIZAR OS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	16.1 Eficiência operacional	16.1.1 Atualizar as rotinas e os fluxos de trabalho padronizando os processos administrativos, por meio de gestão de governança institucional. 16.1.2 Implantar práticas de gerenciamento de tempo. 16.1.3 Implementar ferramentas de desenvolvimento, de controle, de mensuração e de acompanhamento do desempenho do trabalho.
17 OTIMIZAR A ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL	17.1 Promoção da acessibilidade arquitetônica, tecnológica e de comunicação	17.1.1 Atualizar as acessibilidades arquitetônica, tecnológica e de comunicação voltadas para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.
	17.2 Otimização dos espaços e equipamentos disponíveis	17.2.1 Atualizar as estruturas física e organizacional, adequando-as às novas realidades tecnológicas e às diferentes formas de trabalho. 17.2.2 Construir, revitalizar e modernizar as edificações.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
18 FOMENTAR A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	18.1 Monitoramento de planejamento, orçamento, projetos e processo	18.1.1 Implantar plataformas integradas de planejamento estratégico, orçamento, gestão de projetos e processos.
	18.2 Eficiência da governança institucional	18.2.1 Fortalecer o funcionamento e o impacto da governança institucional.
	18.3 Integração entre promotores e procuradores	18.3.1 Estabelecer fluxos de trabalho que promovam a atuação conjunta, aprimorem a interlocução entre escritórios com atribuições na primeira e na segunda instâncias com a valorização do princípio da unidade institucional. 18.3.2 Estabelecer canais de comunicação para a divulgação de boas práticas e melhoria da interação entre os escritórios nas causas que estão atuando.
	18.4 Eficiência das atividades de coordenação e revisão	18.4.1 Implantar iniciativas que visem ao aprimoramento do fluxo de trabalho das atividades de coordenação das Câmaras de Coordenação e Revisão. 18.4.2 Estabelecer canais de comunicação para a divulgação de boas práticas entre os escritórios nas atividades de coordenação e revisão.
19 PROMOVER A GOVERNANÇA DE DADOS	19.1 Estabelecimento do modelo de governança de dados e inovação	19.1.1 Gerar insumos para as tomadas de decisões relativas ao modelo institucional de governança de dados e inovação. 19.1.2 Promover iniciativas que fomentem a atuação institucional e a tomada de decisão baseadas em evidências. 19.1.3 Promover iniciativas que fomentem a atuação institucional inovadora e a difusão de ideias bem-sucedidas. 19.1.4 Fomentar parcerias com organizações governamentais e não governamentais para mútuo aperfeiçoamento institucional nos campos de governança de dados e de inovação. 19.1.5 Desenvolver competências para promover a alfabetização digital e a inovação.
		19.2.1 Implantar ferramentas de inteligência artificial para acesso rápido à informação eficiente para tomadas de decisões mais céleres e objetivas. 19.2.2 Implementar processos de coleta, organização, análise, monitoramento e compartilhamento em base consolidada de informações que ofereçam suporte à tomada de decisão e à construção das políticas institucionais. 19.2.3 Maximizar a eficiência na produção e difusão do conhecimento na área de inteligência, com vistas à melhoria e centralização do fluxo de gestão de dados ou informações.
		19.3.1 Estabelecer parcerias com instituições públicas para a viabilização de dados, inclusive georreferenciados, necessários à atuação institucional.
	19.3 Acesso a banco de dados dos órgãos parceiros	

Perspectiva – Resultados para a Sociedade

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
20 FOMENTAR O CONTROLE PELA SOCIEDADE PARA O APRIMORAMENTO DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	20.1 Fomento ao controle social para o aprimoramento da fiscalização de políticas públicas e do uso de recursos públicos	20.1.1 Acompanhar conselhos de direitos e políticas públicas e redes de proteção. 20.1.2 Fomentar a participação popular para o exercício do controle social. 20.1.3 Fomentar parcerias com organizações governamentais e não governamentais para acompanhamento e fiscalização de políticas públicas e do uso de recursos públicos.
21 APRIMORAR A ATUAÇÃO FINALÍSTICA PARA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DOS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL E PENAL	21.1 Fortalecimento da implementação dos Acordos de Não Persecução Cível (ANPC)	21.1.1 Aprimorar os fluxos de trabalho e a estrutura de funcionamento para a celebração de ANPC. 21.1.2 Desenvolver modelo institucional de acompanhamento dos resultados e do impacto social gerado pelo ANPC. 21.1.3 Fomentar a utilização de mecanismos autocompositivos na celebração de ANPC. 21.1.4 Aprimorar as relações institucionais com os órgãos envolvidos e com autores e vítimas.
	21.2 Fortalecimento da implementação dos Acordos de Não Persecução Penal (ANPP)	21.2.1 Aprimorar os fluxos de trabalho e a estrutura de funcionamento para a celebração de ANPP. 21.2.2 Desenvolver modelo institucional de acompanhamento dos resultados e do impacto social gerado pelo ANPP. 21.2.3 Fomentar a utilização de mecanismos autocompositivos na celebração de ANPP. 21.2.4 Aprimorar as relações institucionais com os órgãos envolvidos e com autores e vítimas.
22 APRIMORAR A ATUAÇÃO CÍVEL DE FORMA TRANSVERSALIZADA, CONSENSUAL E HUMANIZADA	22.1 Atuação cível preventiva, consensual e humanizada.	22.1.1 Fomentar a atuação cível negociada e com foco nas pessoas. 22.1.2 Fomentar a atuação cível focada na prevenção de conflitos. 22.1.3 Promover a atuação em rede para potencializar a proteção da criança, do adolescente, dos idosos, das pessoas com deficiência e das em situação de vulnerabilidade. 22.1.4 Promover iniciativas para intensificar a atuação integrada e unificada entre os diversos ofícios. 22.1.5 Desenvolver competências para aperfeiçoamento da atuação cível.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
23 FOMENTAR ATUAÇÃO CÍVEL INTEGRADA PARA A INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	23.1 Atuação cível integrada e indutiva de políticas públicas	23.1.1 Promover iniciativas de integração entre os órgãos para qualificar a atuação e induzir políticas públicas. 23.1.2 Estimular a troca de experiências e divulgação das boas práticas de atuação integrada. 23.1.3 Aperfeiçoar a comunicação entre as promotorias cíveis e as especializadas. 23.1.4 Promover a atuação em rede para potencializar a proteção dos direitos de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade com ênfase na tutela coletiva.
24 FORTALECER A PROTEÇÃO INTEGRADA E ARTICULADA DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	24.1 Atuação integrada e preventiva na proteção do patrimônio público e defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis	24.1.1 Aperfeiçoar a atuação negociada na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis. 24.1.2 Impulsionar a atuação institucional preventiva, com foco na transparência de dados e baseada em evidências. 24.1.3 Promover iniciativas para intensificar a atuação integrada e unificada entre os diversos órgãos, Câmaras de Coordenação e Revisão, Corregedoria e Assessorias da Procuradoria-Geral de Justiça. 24.1.4 Fomentar a atuação em rede para potencializar a proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis. 24.1.5 Promover iniciativas para atuação articulada e integrada entre as áreas de inteligência, investigação e promotorias especializadas para uma atuação eficiente. 24.1.6 Aprimorar a atuação na proteção do patrimônio público com foco na prevenção de ilícitos e na recuperação de ativos. 24.1.7 Desenvolver competências para aperfeiçoamento da atuação na proteção do patrimônio público e na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SINALIZADOR DE RESULTADO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
25 FORTALECER A ATUAÇÃO CRIMINAL COM BASE EM PRIORIZAÇÕES INSTITUCIONAIS ALINHADAS ÀS DEMANDAS DA SOCIEDADE E ÀS POLÍTICAS CRIMINAIS NOS ÂMBITOS DISTRICTAL E NACIONAL	25.3 Atuação criminal preventiva, consensual e humanizada	25.3.1 Fomentar a articulação entre os órgãos do sistema de segurança pública no enfrentamento à criminalidade. 25.3.2 Fomentar a atuação criminal negociada e com foco nas pessoas. 25.3.3 Fomentar a atuação criminal preventiva. 25.3.4 Promover a atuação em rede para potencializar a proteção dos direitos fundamentais, a reparação dos danos, a redução da impunidade, o acompanhamento do sistema prisional. 25.3.5 Estabelecer e aprimorar parcerias com instituições públicas e privadas para intensificar o enfrentamento à criminalidade. 25.3.6 Promover iniciativas para intensificar a atuação integrada e unificada entre os diversos órgãos. 25.3.7 Desenvolver competências para aperfeiçoamento da atuação criminal.
	25.4 Proteção e amparo às vítimas de crime	25.4.1 Fortalecer as iniciativas de proteção e amparo às vítimas de crime, com ênfase no diálogo e no empoderamento. 25.4.2 Promover a atuação em rede, aproximando o MPDFT da sociedade e potencializando as ações de proteção às vítimas de crimes.
	25.5 Acompanhamento da execução penal e de medidas alternativas	25.5.1 Promover iniciativas para aprimorar o acompanhamento do sistema prisional, de hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico com foco na eficiência e na proteção de direitos. 25.5.2 Fortalecer iniciativas de monitoramento e fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas.
26 FORTALECER A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO	26.1 Utilização dos métodos autocompositivos na resolução de conflitos internos	26.1.1 Difundir a comunicação não violenta como ferramenta para diálogos mais afetivos e efetivos. 26.1.2 Desenvolver competências autocompositivas. 26.1.3 Promover a prevenção da escalada dos conflitos internos por meio de métodos autocompositivos.
	26.2 Utilização da resolução autocompositiva de conflitos e controvérsias extrajudicial ou judicial.	26.2.1 Aplicar os mecanismos de autocomposição: negociação, mediação, conciliação, práticas restaurativas e convenções processuais. 26.2.2 Adotar métodos autocompositivos para o fortalecimento da cidadania e o aprimoramento do relacionamento da instituição e sociedade.



Comunicação da estratégia

A Secretaria de Comunicação (Secom) participou ativamente da construção do novo PEI. Em parceria com a equipe do PEI e a instrutora contratada, o trabalho foi iniciado com a elaboração da identidade visual dos documentos e peças de comunicação a serem confeccionados no decorrer do projeto. Precisávamos divulgar interna e externamente a elaboração do novo PEI nas diversas etapas, pois a participação das pessoas era fundamental para o processo de elaboração. O nosso público-alvo foi membros, servidores, colaboradores da instituição e a população brasileira.

A identidade visual foi elaborada em outubro de 2019 e teve como ideia a construção coletiva e participativa, lema do novo PEI 2022-2026. De posse da identidade, foram confeccionados os formulários de pesquisa, *cards*, e-mails marketing e *pop-ups*. Essas peças foram utilizadas para a divulgação das pesquisas interna e externa na intranet, internet e redes sociais.

A divulgação das peças também ocorreu pelo aplicativo *Whatsapp*, que se tornou ferramenta essencial de comunicação do novo PEI, devido ao momento pandêmico em que vivemos desde o ano de 2020. Por meio dele, pudemos fazer o convite e a confirmação da participação dos integrantes da casa nos grupos focais e nas oficinas de construção dos objetivos estratégicos.

Após a construção dos objetivos estratégicos, a próxima etapa foi construir o nosso mapa estratégico. A ideia norteadora era produzir um instrumento leve, alegre, moderno e despertador de curiosidade. Com esse mesmo ideal, passou-se à construção da nova identidade visual do planejamento que estava sendo desenvolvido e, assim, finalizar a etapa de comunicação com a elaboração do relatório final do PEI.

Temos muito trabalho à frente, precisamos construir uma estratégia de comunicação que possa alcançar todos os integrantes da instituição. O nosso próximo passo é elaborar um plano de comunicação institucional para comunicar de forma eficiente e eficaz a estratégia desenhada com a contribuição e participação de todos.



Convite à execução do PEI

Podemos pensar que o planejamento é burocrático e cheio de formulários e documentos para preencher, que é apenas um instrumento pró-forma ou, numa visão positivista, que é uma maneira de alcançarmos o que pretendemos. Planejar é prever ou antecipar iniciativas a serem realizadas e seguir o plano previsto. É estabelecer o que se quer alcançar para concretizar o desejado. É como sair de um ponto A e ter a certeza de conseguir chegar num ponto B. Para isso temos como pressuposto a necessidade de mudar. O planejamento só tem sentido se a instituição se coloca numa perspectiva de mudança. Todos os integrantes da casa são sujeitos dessa transformação desejada.

A estratégia 2022-2026 foi lançada rumo ao futuro, então, desde agora, precisamos planejar o que desejamos de maneira a ordenar nossas iniciativas em prol dos objetivos definidos para o alcance de resultados para a sociedade brasiliense. Foram várias etapas de construção, agora é a hora de executarmos todas as propostas dos integrantes da casa que participaram e contribuíram com o novo PEI. Essas propostas foram traduzidas em objetivos estratégicos, sinalizadores de resultado e iniciativas estratégicas. Então, vamos ao trabalho? O MPDFT conta com a participação ativa de todos no PEI 2022-2026.



***Confira mais informações
sobre o Planejamento Estratégico
Institucional 2022 - 2026***







Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Ouvidoria
MPDFT

127

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500 | www.mpdft.mp.br



mpdftoficial



mpdftoficial



mpdft



mpdftoficial

